

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
RELAÇÕES PÚBLICAS - BACHARELADO**

Pâmela Francelino

**(DES)MARGINALIZAÇÃO E NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM
ESTUDO SOBRE A CASA NEM/ RJ**

Frederico Westphalen, RS
2021

Pâmela Francelino

**(DES)MARGINALIZAÇÃO E NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM ESTUDO
SOBRE A CASA NEM/RJ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria, *campus* Frederico Westphalen (UFSM FW), como requisito parcial para a obtenção do título de **Bacharela em Relações Públicas**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Sirlei Martins

Frederico Westphalen, RS
2021

Pâmela Francelino

**(DES)MARGINALIZAÇÃO E NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM ESTUDO
SOBRE A CASA NEM/RJ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria, *campus* Frederico Westphalen (UFSM FW), como requisito parcial para a obtenção do título de **Bacharela em Relações Públicas**.

Aprovado em _____ de agosto de 2021:

Vera Sirlei Martins, Dra. (UFSM)
(Orientadora)

Reges Schwaab, Dr. (UFSM)

Alisson Machado (UFSM)

Frederico Westphalen, RS
2021

DEDICATÓRIA

Aos meus familiares, que não tiveram as mesmas oportunidades que eu. À Matheusa Passarelli e seu corpo estranho que me atravessou. A nós, mulheres.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares, em especial ao meu pai, Edson Francelino, por ter me dado todo o suporte neste período de graduação; à minha mãe, Maria Jocilene, que como todas as Marias carrega em si “a dor e a alegria de ter fé na vida”; aos meus irmãos Alex Francelino e Marcia Francelino, com os quais a vida fica imensamente melhor e que me apoiaram em minha decisão de mudar de estado e cursar uma graduação; por fim, agradeço aos meus padrinhos, Maria Salomé e Jusmar Gomes, por todo apoio e crença em meu potencial.

Agradeço à minha ancestralidade e a força que ela evoca em mim, não me deixando desistir em nenhum momento.

Agradeço à Ana Paula Garcia, não apenas por sua amizade, mas por me incentivar a voltar a estudar.

Agradeço aos bons professores de comunicação com os quais tive o prazer de aprender durante minha trajetória no Departamento de Ciências da Comunicação da UFSM-FW. Aproveito para dizer que há um pouquinho de cada um de vocês nos trabalhos que escrevo.

Agradeço também pela possibilidade de realizar essa pesquisa sob a orientação da Prof.^aDr.^a Vera Sirlei Martins, uma mulher inspiradora e que, com muito afeto, me guiou neste percurso acadêmico.

Por fim, agradeço ao ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que em seu governo instaurou o Sistema de Seleção Unificada (SISU), o que possibilitou que eu e outras tantas filhas de empregadas domésticas pudessem se graduar em universidades públicas de qualidade.

"ser corpo estranho é ser cidadão.

*na sociedade normativa acadêmica
branca colonizada cisgênero
heterossexual consumista.
ser corpo estranho é ter tomado
consciência da importância de existir,
quando desde criança viver no mundo
era seguir padrões em detrimento de
sua própria natureza. detrimento do
bem estar de ser quem quiser. da
liberdade de poder habitar.*

*eu habito o meu corpo para buscar
habitar corpos e espaços nunca
conhecidos."*

(Matheusa Passarelli)

RESUMO

(DES)MARGINALIZAÇÃO E NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM ESTUDO SOBRE A CASA NEM/RJ

AUTORA: Pâmela Francelino
ORIENTADORA: Vera Sirlei Martins

Considerando a marginalização sofrida por transgêneros, transexuais e travestis, além do descaso do Estado em prestar a devida assistência a estes sujeitos, o presente trabalho volta-se à Casa Nem, instituição do Rio de Janeiro que acolhe pessoas LGBTQIAP+¹ em situação de vulnerabilidade, principalmente transexuais e travestis. A pesquisa está norteadada pela problemática que visa entender como a Casa Nem desenvolve práticas comunicacionais relacionadas com a superação da marginalização de travestis e transexuais. Para tal, objetiva-se especificamente: a) Compreender como a Casa Nem se propõe a atuar no processo de desmarginalização das Travestis e Transexuais; b) Identificar como se desenvolveas práticas comunicacionais da Casa Nem; c) Compreender o discurso institucional, acerca da organização, da causa e dos sujeitos acolhidos pela Casa Nem; e d) Apreender os sentidos produzidos pelos discursos publicizados pela Casa Nem. Delimita-se o corpus à coleta de conteúdos publicizados nas redes sociais digitais da Casa Nem. O processo analítico do corpus coletado, dar-se-á a partir dos sete movimentos hermenêuticos de interpretação propostos por Fiorenza (2009): a hermenêutica da experiência; da dominação e do lugar social; da suspeita; da avaliação crítica; da imaginação criativa; da relembração e reconstrução social; e da ação transformadora por mudança. Para fins de ordenação lógica, apresentaremos a Casa Nem; a metodologia utilizada no estudo; o aporte teórico de conceitos como Cidadania, Marginalização, Gênero e Novos Movimentos Sociais; a análise e as considerações parciais do estudo.

Palavras-chave: Comunicação; Cidadania; (Des)Marginalização; Gênero; Novos Movimentos Sociais

¹ Sigla correspondente aos termos Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual e o símbolo de mais refere-se às diferentes identidades ou orientações afetivas e sexuais que possam haver.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Tríade analítica.....	22
Figura 2 Intersecção conceitual dos conteúdos analisados.....	23
Figura 3 <i>Print</i> d publicação da Casa Nem.....	48
Figura 4 <i>Print</i> de publicação da Casa Nem.....	50
Figura 5 <i>Print</i> de publicação da Casa Nem.....	51
Figura 6 <i>Print</i> de publicação da Casa Nem.....	52
Figura 7 <i>Print</i> de publicação da Casa Nem.....	52
Figura 8 <i>Print</i> de publicação da Casa Nem.....	53
Figura 9 <i>Print</i> de publicação da Casa Nem.....	54
Figura 10 <i>Print</i> de publicação da Casa Nem.....	54
Figura 11 <i>Print</i> de publicação da Casa Nem.....	55
Figura 12 <i>Print</i> de publicação da Casa Nem.....	56
Figura 13 <i>Print</i> de publicação da Casa Nem.....	57
Figura 14 <i>Print</i> de publicação da Casa Nem.....	58
Figura 15 <i>Print</i> de publicação da Casa Nem.....	58
Figura 16 <i>Print</i> de publicação da Casa Nem.....	59
Figura 17 <i>Print</i> de publicação da Casa Nem.....	60
Figura 18 <i>Print</i> de publicação da Casa Nem.....	60
Figura 19 <i>Print</i> de publicação da Casa Nem.....	61
Figura 20 <i>Print</i> de publicação da Casa Nem.....	61
Figura 21 <i>Print</i> de publicação da Casa Nem.....	62
Figura 22 <i>Print</i> de publicação da Casa Nem.....	63
Figura 23 <i>Print</i> de publicação da Casa Nem.....	63
Figura 24 <i>Print</i> de publicação da Casa Nem.....	64
Figura 25 <i>Print</i> de publicação da Casa Nem.....	65
Figura 26 <i>Print</i> de publicação da Casa Nem.....	66
Figura 27 <i>Print</i> de publicação da Casa Nem.....	66
Figura 28 <i>Print</i> de publicação da Casa Nem.....	67
Figura 29 <i>Print</i> de publicação da Casa Nem.....	67
Figura 30 <i>Print</i> de publicação da Casa Nem.....	67
Figura 31 <i>Print</i> de publicação da Casa Nem.....	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. APRESENTAÇÃO DA CASA NEM.....	17
2. METODOLOGIA.....	19
3. CIDADANIA E MARGINALIZAÇÃO.....	24
3.1. Gênero	31
3.2. Identidade de Gênero	35
4. NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	38
4.1. Mobilização	42
5. ANÁLISE.....	47
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS.....	78
ANEXO.....	81

INTRODUÇÃO

De acordo com uma pesquisa realizada pela Organização Não Governamental Transgender *Europe* (TGEU)², entre janeiro de 2008 e março de 2014, 604 travestis e transexuais foram assassinadas no Brasil. Há um dado que torna os números ainda mais dilaceradores: o Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans³ no mundo. Conforme os relatórios divulgados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)⁴, a maioria dos casos ocorre com vítimas jovens, com idade entre 17 e 29 anos, identificadas como negras ou pardas e que são profissionais do sexo.

O acesso à educação também é um dado relevante presente no relatório ANTRA, pois conforme o relatório de 2018, divulgado em 2019, apenas 0,02% das travestis e transexuais frequentam a universidade e 72% não possuem o ensino médio. Conforme o mapeamento de assassinatos desenvolvido pela ANTRA, de 2018 à 2020, 462 pessoas trans foram assassinadas no Brasil. Deste total, 454 vítimas eram pessoas consideradas travestis ou mulheres transexuais. Mediante a esta conjuntura, observa-se que há diferentes aspectos que contribuem para a marginalização desses sujeitos, como gênero, orientação sexual, raça e o não acesso a direitos como moradia e educação.

No presente trabalho, busca-se refletir sobre marginalização de pessoas trans, principalmente ao que se refere à travestis e transexuais, a partir do conceito de cidadania, ressaltando que a cidadania, em si, é tão frágil quanto a democracia. Constitucionalmente, todo cidadão brasileiro tem direitos civis, sociais e políticos assegurados. As garantias fundamentais relacionadas à individualidade são concernentes aos direitos civis. Dentre os direitos civis há o direito à liberdade de consciência e de crença; de manifestação do pensamento; à intimidade e à vida privada; e o direito de ir e vir no/ do território nacional. Os direitos sociais referem-se aos direitos coletivos ofertados pelo Estado-Nação, como o direito à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência, entre outros direitos. Os direitos políticos, por sua vez, estão relacionados ao funcionamento da democracia, no qual estão incluídos aspectos como o direito ao

² Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/com-600-mortes-em-seis-anos-brasil-e-o-que-mais-mata-travestis-e>. Acesso em: 22 set. 2019.

³ Na categorização de pessoa trans, está inclusa transgêneros, mulheres transexuais, homens transexuais, pessoas não binárias ou demais designações de gênero que subvertem ou estão em inconformidade com o binarismo masculino x feminino.

⁴ Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>. Acesso em: 01 ago. 2021.

voto direto e secreto e as diretrizes sobre legibilidade e ilegibilidade. Ávila (1999) salienta que a exclusão social é proveniente do conceito de cidadania, pois aquele que não desfruta dos direitos básicos do cidadão, são excluídos.

De acordo com o Dossiê dos Assassinatos e Violência 2018⁵, “A maior parte da população trans no país vive em condições de miséria e exclusão social, sem acesso à educação, saúde, qualificação profissional, oportunidade de inclusão no mercado de trabalho formal e políticas públicas que considerem suas demandas específicas” (BENEVIDES & NOGUEIRA, 2019, p. 55). Concomitante a isso, e relacionando às travestis e transexuais, a exclusão social é refirmada por meio de discursos sobre a violência que as pessoas transgênero sofrem diariamente, ao considerar que tais sujeitos são invisibilizados pela superexposição relacionada à violência e marginalização, o que culmina em uma naturalização dos corpos esfacelados ou à margem.

Cidadania e comunicação são dois conceitos recorrentes neste texto, embora não haja, necessariamente, um capítulo exclusivo para ambos. Opta-se por deixar a comunicação embriçada nas demais teorias mobilizadas, não separando-a em um capítulo único. A perspectiva de comunicação para o trabalho está ancorada no conceito de Cidadania Comunicativa, uma articulação dos conceitos de Cidadania e Comunicação, baseada na possibilidade de ação concreta dos cidadãos enquanto sujeitos de direitos, demandas e decisões. “A cidadania comunicativa envolve dimensões sociais e culturais vinculadas aos valores de igualdade de oportunidades, qualidade de vida, solidariedade e não discriminação” (ALMEIDA, 2010, p. 4 apud MATA, 2009, p. 186). Considerando que a pesquisa se refere a um movimento social, voltado à desmarginalização de sujeitos que não gozam plenamente de seus direitos, e que o objeto de pesquisa analisa os processos comunicacionais do movimento, a Cidadania Comunicativa é uma perspectiva norteadora para se pensar a comunicação em um movimento social. Ater-se ao que marginaliza travestis e transexuais nos permite vislumbrar possibilidades que auxiliam na desmarginalização.

Isto posto, o presente trabalho volta-se à Casa Nem, uma Organização Não Governamental, mas que também é um movimento social do Rio de Janeiro, que acolhe

⁵ Disponível em <https://antrabrazil.org/2019/01/28/antra-lanca-dossie-da-violencia-contra-a-populacao-trans-em-parceria-com-o-ibte/>. Acesso em 15 de maio de 2020.

LGBTQIAP+⁶ em situação de vulnerabilidade, com enfoque no atendimento e acolhimento de pessoas transgênero (travestis, homens e mulheres transexuais e pessoas não-binárias). Objetiva-se entender como a Casa Nem, caracterizada como um Novo Movimento Social, desenvolve práticas comunicacionais relacionadas com a superação da marginalização de travestis e transexuais. Para tal, os objetivos específicos definidos são: a) Compreender como a Casa Nem se propõe a atuar no processo de desmarginalização das Travestis e Transexuais; b) Identificar como se desenvolve as práticas comunicacionais da Casa Nem; c) Compreender o discurso institucional, acerca da organização, da causa e dos sujeitos acolhidos pela Casa Nem; e d) Aprender os sentidos produzidos pelos discursos publicizados pela Casa Nem. Inicialmente, este estudo possuía o intuito de entrevistar a equipe responsável pela comunicação da/nas Casa Nem. Contudo, devido a alguns problemas pessoais e à pandemia de coronavírus, não foi possível visitar a Casa Nem para entrevistá-las. Opta-se por delimitar o *corpus* à coleta de conteúdos publicizados nas redes sociais digitais da Casa Nem. O processo analítico do corpus coletado, dar-se-á a partir dos sete movimentos hermenêuticos de interpretação propostos por Fiorenza (2009): a hermenêutica da experiência; da dominação e do lugar social; da suspeita; da avaliação crítica; da imaginação criativa; da lembrança e reconstrução social; e da ação transformadora por mudança.

Para fins de ordenação lógica deste relato de estudo, o conteúdo do trabalho foi dividido em seis seções. A primeira seção destina-se à apresentação do objeto de estudo; na segunda seção descrevemos os procedimentos metodológicos; a terceira seção volta-se à Cidadania, Marginalização, Gênero e Identidade de Gênero (CARVALHO, 2002; COUTINHO, 2005; DALLARI, 1984; ÁVILLA, 1999; BENEVIDES E NOGUEIRA, 2019; PERUZZO, 2009; SOUSA, 2016; BUTLER, 2003; JESUS, 2012; 2014.); na quarta seção apresentamos as conceituações de Novos Movimentos Sociais (MELUCCI, 1989; GOHN, 1997; PERUZZO, 2009), Visibilidade e Latência (MELUCCI, 1989), Mobilização (TORO E WERNWCK, 2004; PERUZZO, 2009; HENRIQUES, 2007), e Vínculos (HENRIQUES, 2007); a quinta seção

⁶ Sigla correspondente aos termos Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual e o símbolo de mais refere-se às diferentes identidades ou orientações afetivas e sexuais que possam haver. Mesmo que em alguns conteúdos coletados haja siglas menores, optamos por utilizar essa sigla mais extensa para ressaltar a pluralidade de identidades que há quando se trata de orientações afetivas e sexuais dos sujeitos.

destina-se à análise e por fim, as considerações finais estão na sexta seção. Ao final da pesquisa, pretende-se refletir sobre como a comunicação pode contribuir para a percepção e reivindicação de direitos, para o gozo da cidadania e para a desmarginalização dos sujeitos em vulnerabilidade. Para as Relações Públicas, pretende-se apresentar possibilidades de atuação na comunicação de um novo movimento social, contribuindo socialmente com o conhecimento adquirido durante a formação.

1. APRESENTAÇÃO DA CASA NEM

A Casa Nem é uma casa de acolhimento para pessoas LGBTQIAP+ em estado de vulnerabilidade, idealizada por Indianarae Alves Siqueira (48), mulher trans, ativista de Direitos Humanos e educadora social, que há aproximadamente 30 anos luta pelos direitos de pessoas trans, mulheres e prostitutas, principalmente em questões relacionadas à saúde e à educação. Dentre as ações realizadas por Indianarae destacamos o posto como presidente do Grupo Filadélfia de Travestis e liberados da baixada santista; seu trabalho na Casa de Apoio Brenda Lee, um espaço de apoio para pessoas portadoras do vírus HVI/AIDS e travestis sem moradia; o apoio à regulamentação da prostituição; apoio à Marcha das Vadias do Rio de Janeiro; e fundadora da Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil, uma instituição nacional que representa pessoas travestis e transexuais no Brasil.

As atividades da Casa Nem tiveram início em 2016, no bairro Lapa - Rio de Janeiro (RJ), inicialmente com o ingresso de 12 integrantes devido ao cursinho preparatório para o ENEM, o Prepara Nem. O principal objetivo da Casa Nem é empoderar a comunidade LGBTQIAP+, resgatar a autoestima e transformar a vida de sujeitos que descobriram cedo o que é preconceito e exclusão, por vezes, tendo a prostituição como única saída. O que era apenas um espaço para o curso preparatório, se tornou um espaço para lar temporário, no qual pessoas são acolhidas até que possam ter um novo recomeço, e dessa forma ceder espaço para outra pessoa em estado de vulnerabilidade. Além de acolhimento, a o movimento promove cursos e atividades para capacitação, autonomia e cultura das pessoas que integram a casa, tais como: curso preparatório para o ENEM, curso de costura, curso de fotografia, prática de yoga, aulas de capoeira, projetos de culinária, curso de libras e curso de inglês.

A ocupação do prédio mantinha em seu térreo o espaço para realização de festas e exibição das sessões de cinema sobre a cultura LGBTQIAP+, algumas das ações para gerar recursos para o pagamento das contas essenciais para o funcionamento da Casa. Entretanto, pode-se observar que o movimento teve alguns períodos de instabilidade devido às questões financeiras, como as decisões judiciais para despejo do imóvel por dívidas em aluguel, como a ordem de despejo que foi expedida em 2018.

Na ocasião em que a ordem judicial foi expedida, a desembargadora Teresa de Andrade Castro Neves suspendeu o despejo imediato, propiciando o prazo de 60 dias para

adesocupação voluntária, ressaltando que “o imóvel abriga população LGBTQIAP+ em situação de rua, pessoas que por sua história e contexto social se encontram em situação de extrema vulnerabilidade”⁷. Em dezembro de 2018, após a desocupação do imóvel, integrantes da Casa Nem se juntaram à Frente Internacionalista dos Sem Teto (FIST), na Vila Isabel, Zona Norte do Rio de Janeiro. Em 26 de julho de 2019, um grupo de pessoas LGBTQIAP+, ligadas à Casa Nem, ocupou um imóvel vazio em Copacabana – Rio de Janeiro (RJ), onde permaneceram até a reintegração de posse ocorrida em agosto de 2020.

Após diversas negociações, em 11 de setembro de 2020, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio das secretarias de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e das Cidades, cedeu, por cinco anos, um imóvel para abrigar pessoas LGBTQIAP+ em estado de vulnerabilidade. Estima-se que, direta ou indiretamente, a Casa Nem propicia assistência a mais de 100 pessoas⁸.

⁷Disponível em <https://dp-rj.jusbrasil.com.br/noticias/648190784/defensoria-evita-despejo-imediato-da-casanem-na-lapa>. Acesso em 06 de dez. de 2019.

⁸ Disponível em <https://diariodorio.com/governo-do-estado-do-rio-cede-imovel-para-abrigar-a-casa-nem/>. Acesso em 9 de julho de 2021.

2. METODOLOGIA

Este estudo, desenvolvido em quatro partes basilares, é uma pesquisa de natureza aplicada, pois visa “gerar conhecimentos para aplicação na prática, dirigido à solução de problemas específicos” (GERHARDT E SILVEIRA, 2009). Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, pois objetiva descrever as práticas comunicacionais da Casa Nem relacionadas com a superação da marginalização de travestis e transexuais, e para propiciar uma visão mais ampla acerca da marginalização de travestis e pessoas trans. Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, devido à busca pelo “aprofundamento da compreensão de um grupo social” (GIL, 2008, p. 31). Para Minayo (1993),

[...] a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados que correspondem a um espaço mais profundo das relações que não podem ser reduzidos a equações. Compreende e explica a dinâmica das relações sociais, que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos. Trabalha com a vivência e também com a compreensão das estruturas como resultado da ação humana. (MINAYO, 1993, p. 24).

A primeira etapa refere-se aos procedimentos técnicos. Para a revisão teórica dos conceitos abordados no trabalho, fez-se substancial o uso da pesquisa bibliográfica, em uma leitura reflexiva, “a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e acessadas por meio de escritos e eletrônicos, tais como livros, artigos científicos e web sites” (FONSECA, 2002, p. 32). Consonante a isso, Gil (2008, p. 50) ressalta que “[...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. A pesquisa documental também é de grande valia para coletar dados sobre a Casa Nem, provenientes de documentos que não passaram por processos analíticos, como as informações encontradas em reportagens e notícias em jornais digitais.

Em um segundo momento, buscamos identificar quais são os conteúdos de comunicação desenvolvidos pela ONG, de modo a coletar dados que nos auxiliem a compreender o discurso institucional, acerca da organização, da causa e dos sujeitos acolhidos pela Casa Nem. Esta é, portanto, a segunda etapa do percurso metodológico.

A terceira etapa do percurso metodológico se dá pela análise hermenêutica do

corpus de pesquisa, para compreender como se desenvolve a comunicação na/da Casa Nem, além da busca para apreender os sentidos produzidos pelos discursos publicizados pela ONG. Os conteúdos publicados pela Casa Nem em suas redes sociais digitais, no período de 12 meses, entre outubro de 2019 e setembro de 2020, foram categorizados a partir das percepções ao realizar a coleta. Optamos por não incluir conteúdos em vídeo ou compartilhamentos em que não há textos da própria Casa Nem.

Para Gadamer (2005, p. 407 *apud* SIDI E CONTE, 2017, p. 1946) a hermenêutica está diretamente relacionada com interpretação e com a compreensão de fenômenos, propondo a perspectiva hermenêutica através do tripé interpretação- compreensão e aplicação. Sidi e Conte(2017) destacam que

A interpretação decorre de um texto, um gesto, uma atitude, uma palavra de abertura e relação com o outro, que é capaz de se comunicar, de interagir. A hermenêutica busca uma reflexão e uma compreensão sobre aquilo que vemos, lemos, vivenciamos, criando uma cultura imersa em diferentes tradições e experiências. Implica também na forma como realizamos o movimento para nos (re)conhecer a partir das experiências no mundo, ou seja, na medida em que interpretamos algo, relacionamos diretamente com a visão de mundo que temos, advindas de nossas experiências anteriores. (SIDI E CONTE, 2017, p. 1945).

Dentre os processos interpretativos que vislumbramos como possíveis para a análise deste trabalho, a abordagem feminista (FIORENZA, 2009) parece-nos viável ao estar relacionada com a justificativa da pesquisa, pois de acordo com os dados disponibilizados pela ANTRA, o maior número de assassinatos vitimiza às Travestis e Mulheres Trans, isto é, à expressão do gênero feminino. Portanto, nossas reflexões acerca do corpus coletado seguiram as diretrizes dos sete movimentos hermenêuticos de interpretação propostos por Fiorenza (2009): a hermenêutica da experiência; da dominação e do lugar social; da suspeita; da avaliação crítica; da imaginação criativa; da lembrança e reconstrução social; e da ação transformadora por mudança.

Ao que se refere à hermenêutica da experiência, Fiorenza (2009) ressalta que interpretar pode ser considerada como sinônimo de posição, condicionada pela realidade em que se vive. “Uma análise feminista crítica, ético-política e retórica-emancipatória não inicia simplesmente com uma experiência individualizada e privatizada, mas com uma reflexão crítica sobre como a experiência com o texto bíblico é condicionada por nosso lugar sociopolítico”. (FIORENZA, 2009, p. 193). Embora esse pressuposto se refira aos textos bíblicos, tal perspectiva pode ser aplicada à interpretação dos conteúdos

coletados para o presente estudo, perguntando-nos constantemente “quais experiências grupais o texto evoca? [...] Quais tipos de experiência o texto evoca? Quais tipos de experiências estão inscritas nele?”. (FIORENZA, 2009, p. 13). Referente à hermenêutica da dominação e do lugar social, trata-se de

Uma interpretação crítica orientada pela libertação não pergunta apenas pelas experiências que mulh*res têm com um determinado texto e sua interpretação. Também reflete sobre como nosso próprio lugar social, cultural e religioso configurou nossa experiência e nossa reação acerca de um texto[...]. (FIORENZA, 2009, p. 194).

Uma hermenêutica da suspeita convoca o leitor a suspeitar do que se lê, não tomando o conteúdo ao pé da letra, mas sim questioná-lo e tentar compreender suas raízes. Concomitante à hermenêutica da suspeita, temos a hermenêutica da avaliação crítica.

Uma hermenêutica feminista crítica da avaliação, por sua vez, procura tornar conscientes as interiorizações e legitimações cultural-religiosas [...] e também analisar os valores e visões inscritas como alternativas contraculturais. [...] Aceita somente a autoridade daqueles textos que foram submetidos a uma hermenêutica crítica da suspeita e avaliados, numa situação particular concreta, como emancipatórios. (FIORENZA, 2009, p. 199).

A hermenêutica da imaginação criativa refere-se aos movimentos utópicos que podemos fazer para vislumbrar possibilidades, se deslocar ao lugar do outro” e sonhar com possibilidades diferentes. É a partir desse movimento imaginativo que se torna possível pensar em mudanças. Uma hermenêutica da lembrança e da reconstrução serve para que retomemos o cerne das questões presentes no texto que vamos interpretar, realizando um resgate histórico e uma reconstrução de mundo. “Uma hermenêutica da reconstrução tem não só a tarefa desconstrutivista, mas também construtivista. Está embasada numa escala de valores e numa visão de mundo que devem ser justificadas e validadas no discurso e debates públicos” (FIORENZA, 2009, p. 206). Por fim, uma hermenêutica da ação transformadora pela mudança dá no processo de análise do passado e do presente para que se possa imaginar a possibilidade de mudanças e transformações para o futuro.

Os conteúdos analisados foram coletados da página oficial da Casa Nem no Facebook, da página da Casa Nem no Instagram e do perfil da Casa Nem no Twitter. Foram 733 prints coletados de outubro de 2019 a setembro de 2020. Os conteúdos em vídeo, os conteúdos de compartilhamento de notícias e os conteúdos compartilhados sem que não houvesse falas da Casa Nem não foram incluídos no recorte. Para a análise,

foram utilizados 161 prints do Instagram, 162 prints do Facebook e 61 prints do Twitter, conforme presente na tabela em anexo.

Durante a coleta do corpus, notamos a necessidade de categorizar os conteúdos de acordo com temáticas pertinentes tanto aos conteúdos coletados, quanto às teorias mobilizadas. Deste movimento, organizamos os conteúdos em uma Tríade Analítica formada por "Causa", uma categoria que abriga em si os conteúdos pertinentes a casa, à causa ou os sujeitos; "Movimentos Sociais", uma categoria que abriga em si conteúdos referentes a "símbolos, eventos, rituais, lemas, etc.", à latência e à visibilidade; por fim, em "Estratégias de Comunicação" há os conteúdos referentes às campanhas, aos eventos e aos informativos.

Figura 1: Tríade analítica.



Fonte: elaborado pelas autoras.

As setas utilizadas na elaboração do triângulo nos fazem pensar na retroalimentação das ações, afinal, um movimento social só se estabelece a partir de uma causa e torna-se necessário comunicar-se estrategicamente para mobilizar pessoas em prol de uma causa. Ao realizar essa categorização dos conteúdos, notamos que a mobilização foi um conceito em comum nas publicações categorizadas como pertinentes à "Causa", aos "Movimentos Sociais" e às "Estratégias de Comunicação".

Figura 2: Intersecção conceitual dos conteúdos analisados.



Fonte: elaborado pelas autoras.

Para análise, selecionamos alguns exemplos de cada categoria definida e realizamos os movimentos e giros hermenêuticos, utilizados para direcionar as reflexões acerca dos conteúdos coletados e categorizados, além, é claro, de nos possibilitar pensar em aspectos da comunicação que nos faça imaginar possibilidades para um contexto social em que travestis e pessoas trans não são marginalizadas.

3. CIDADANIA E MARGINALIZAÇÃO

Para refletirmos sobre o processo de marginalização, recorreremos a um conceito teórico que tem extrema ligação com esse processo: a Cidadania. Ao discutirmos sobre cidadania, nos propomos a compreender como se dá a exclusão social de alguns sujeitos e, conseqüentemente, a marginalização dos mesmos. Conforme salienta Carvalho (2002, p. 12), “o fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido”. A cidadania está diretamente relacionada à concepção de direitos, e por conseguintes deveres, adquiridos pelos cidadãos ao longo da história. Marshall (1967) foi o autor que teorizou sobre as diferentes dimensões da cidadania, a partir da obtenção dos direitos civis, políticos e sociais aos ingleses, ocorridos nos séculos XVIII, XIX e XX, respectivamente. Essa ordem na obtenção dos direitos, por parte dos ingleses, não foi um movimento aleatório ou reativo, mas percebido aos poucos pelos cidadãos.

Permita-nos fazer um pequeno parêntese para falarmos sobre o conceito de cidadão. Para Aristóteles, “cidadão era todo aquele que tinha o direito (e, conseqüentemente, também o dever) de contribuir para a formação do governo, participando ativamente das assembleias onde se tomavam as decisões que envolviam a coletividade e exercendo os cargos que executavam essas decisões”. (COUTINHO, 2005, p. 3). Esse apontamento tem uma relação com a definição de Rousseau, em seu Contrato Social, ao definir que “a designação de cidadão só deve ser dada às pessoas que participam da autoridade soberana e que, desse modo, dão seu consentimento às leis”. (DALLARI, 1984, p. 61). Durante um dos marcos revolucionários na história ocidental, a Revolução Francesa, de 1789 a 1799, o termo “cidadão” passou a ser utilizado para expressar igualdade entre todos. Contemporaneamente, compreende-se como cidadão àquele que tem direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade, a participar das decisões pertinentes ao destino da sociedade, ao voto, a ser votado e à participação na riqueza coletiva do Estado.

Cidadania, à luz dos conceitos de Marshall (1967), se constitui na efetivação de direitos da pessoa nas dimensões civil, política e social. São direitos que garantem, respectivamente, a liberdade individual de ir e vir, de propriedade, de expressão etc.; liberdade de associação, de reunião, de organização e de participação política; e o acesso à saúde, à educação, ao trabalho, entre outros. (PERUZZO, 2009, p. 34).

Portanto, podemos considerar que o cidadão é o indivíduo que tem direitos civis, sociais e políticos assegurados pelo Estado-Nação do qual faz parte. Os direitos civis estão definidos como garantias fundamentais, relacionadas à individualidade, à civilidade e à garantia de justiça, abrangendo em si direitos como liberdade de consciência e de crença; de manifestação do pensamento; à intimidade e à vida privada; ao direito de ir e vir; e de não ter seu lar, sua individualidade, sua correspondência ou organização violadas, pois há um respaldo legal por parte da justiça. São os direitos civis que determinam que o sujeito não pode permanecer preso ou ser condenado sem que passe pelo crivo da justiça. Os direitos sociais referem-se aos direitos coletivos ofertados pelo Estado, como à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, assistência, etc. Resumidamente, é o direito relacionado à sociabilidade e à participação dos sujeitos nas riquezas do Estado. Os direitos políticos, por sua vez, estão relacionados ao funcionamento da democracia e abriga em si aspectos como o direito ao voto direto e secreto, as diretrizes sobre legibilidade e ilegibilidade e a ideia de autogoverno.

Agora, voltemos à Cidadania e à obtenção dos direitos dos ingleses entre os séculos XVIII e XX. Conforme salienta Carvalho (2002, p. 11) “foi com base no exercício dos direitos civis, nas liberdades civis, que os ingleses reivindicaram o direito de votar, de participar do governo de seu país. A participação permitiu a eleição de operários e a criação do Partido Trabalhista, que foram responsáveis pelos direitos sociais”. Carvalho (2002) também ressalta que há algo em comum nos países nos quais a cidadania se desenvolveu mais rapidamente: a educação. É graças à educação que os sujeitos reconhecem seus direitos e se mobilizam em prol da conquista dos mesmos. Conforme salienta Peruzzo (2009, p. 34), “[...] a força que arregimenta as mudanças na qualidade da cidadania vem da sociedade civil e tem relação direta com a consciência do “direito a ter direito”.

Diferentemente do que houve na Inglaterra, no Brasil a obtenção do direito social precedeu os demais direitos. Se a cidadania também pode ser compreendida como a expressão do exercício da democracia, para os brasileiros esse conceito tornou-se mais efetivo com o fim da Ditadura Militar, em 1985, e com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988.

Cidadania virou gente. No auge do entusiasmo cívico, chamamos a Constituição de 1988 de Constituição Cidadã. Havia ingenuidade no

entusiasmo. Havia a crença de que a democratização das instituições traria rapidamente a felicidade nacional. Pensava-se que o fato de termos reconquistado o direito de eleger nossos prefeitos, governadores e presidente da República seria garantia de liberdade, de participação, de segurança, de desenvolvimento, de emprego, de justiça social. De liberdade, ele foi. A manifestação do pensamento é livre, a ação política e sindical é livre. De participação também. O direito do voto nunca foi tão difundido. Mas as coisas não caminharam tão bem em outras áreas. (CARVALHO, 2002, p. 7).

De 1964 a 1985, o Brasil passou por um dos períodos mais turbulentos de sua história. Neste período, os direitos civis e políticos foram duramente cerceados com violência, a partir da Ditadura Militar. A ditadura durou 21 anos e contou com 5 mandatos militares. O primeiro deles foi o mandato do general Castello Branco, de 1964 a 1967, após o então Presidente da República, João Goulart, se exilar no Uruguai. João Goulart havia assumido a presidência em 1961, quando Jânio Quadros renunciou ao cargo. Embora Goulart fosse vice de Quadros, as propostas de governo de ambos eram distintas. João Goulart era uma representante trabalhista que tinha a reforma agrária como um de seus principais projetos. As propostas nada conservadoras, que atingiam diretamente os grandes latifundiários, além do receio da expansão de ideias comunistas, em 1964, militares enviaram tropas ao Rio de Janeiro para restituir o então presidente do poder. Devido a essa sequência de fatos e a destituição do poder à força, muitos nomeiam o período de 1964 a 1985 como Golpe Militar.

Carvalho (2002) divide a Ditadura militar em três fases. A primeira fase refere-se a 1964 a 1968, durante o mandato de Castello Branco e a transição para o governo de Costa e Silva.

Referente à gestão do general Castello Branco, pode-se dizer que

[...] caracteriza-se no início por intensa atividade repressiva seguida de sinais de abrandamento. Na economia, foi um pedido de combate à inflação; de forte queda no salário mínimo e de pequeno crescimento. Foi o domínio dos setores mais liberais das forças armadas, representados pelo general Castello Branco. No último ano, 1968, a economia retomou os altos índices de crescimento da década de 50. (CARVALHO, 2002, p. 157).

Os direitos políticos foram cerceados e os brasileiros já não tinham mais direito ao voto, bem como os partidos políticos foram fechados. Tais medidas davam pleno poder aos militares. A segunda fase refere-se ao período de 1968 a 1974, considerado um dos mais sombrios e repressivos da Ditadura. De 1967 a 1969, Costa e Silva esteve à frente no governo brasileiro, marcado por um período de repressão e tortura aos opositores. A

abordagem antidemocrática resultou em reações por parte da população, como a Passeata dos 100 mil, em 1968. Com o afastamento de Costa e Silva, devido a problemas de saúde, Garrastazu Medici assumiu a presidência. A gestão de Medici durou de 1969 a 1974, e é considerada um dos períodos mais repressivos da ditadura. Os meios de comunicação foram censurados e as torturas se tornaram recorrentes aos presos políticos.

A terceira fase, a mais branda desse período ditatorial, refere-se ao governo de Ernesto Geisel e do general João Batista de Figueredo, de 1974 a 1985.

A terceira fase começa em 1974, com a posse do general Ernesto Geisel, e termina em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves. Caracteriza-se inicialmente pela tentativa do general Geisel de liberalizar o sistema, contra a forte oposição dos órgãos de repressão. A liberalização continua sob o general João Batista de Figueiredo (1979-1985). As leis de repressão vão sendo aos poucos revogadas e a oposição faz sentir sua voz com força crescente. (CARVALHO, 2002, p. 158).

Se o cidadão é aquele que tem direito à vida, à liberdade, à igualdade, a participar das decisões pertinentes ao destino da sociedade e ao voto, da primeira à segunda fase, pode-se concluir que a maior parte da população passou pela ditadura como cidadãos incompletos ou não-cidadãos (CARVALHO, 2002, p. 9), já que não gozavam, plenamente, dos três direitos: civis, políticos e sociais.

Os avanços políticos ocorridos na redemocratização do Brasil pós ditadura militar, como a promulgação da Constituição em 1988, ou Constituição Cidadão, conforme ficou conhecida por descrever os direitos e deveres dos cidadãos, e as eleições presidenciais diretas, em 1989, ainda havia problemas iminentes nos direitos civis e sociais. “A democracia política não resolveu os problemas econômicos mais sérios, como a desigualdade e o desemprego. Continuam os problemas da área social, sobretudo na educação, nos serviços de saúde e saneamento, e houve agravamento da situação dos direitos civis no que se refere à segurança individual” (CARVALHO, 2002, p. 199).

Dentre as problemáticas pontuadas por Carvalho (2002), referente à redemocratização do país e os direitos assegurados pelo estado, nos direitos civis houve uma dificuldade em garantir a integridade física e segurança individual dos cidadãos, além de lamentar a lentidão ao acesso à justiça garantido pelo Poder Judiciário. Referente aos direitos sociais, as desigualdades ainda persistem. Mesmo que os direitos políticos tenham sido ampliados, considerando que o direito ao voto foi ampliado,

facultativamente, para maiores de 16 anos e analfabetos, não há representatividade parlamentar suficiente para promover a redução de desigualdades sociais.

Os problemas sociais relacionados à educação e a fragilidade da democracia implicam diretamente no exercício da cidadania dos brasileiros. Ora, se anteriormente pontuamos que a percepção e reivindicação dos direitos são provenientes da educação, se não há acesso a essa parcela do direito social, como é que eles podem gozar plenamente dos direitos que nem reconhecem que possuem? Além disso, se os direitos sociais foram os primeiros conquistados pelos brasileiros, no qual a educação está inserida, e a partir do qual os indivíduos compreendamos demais direitos, civis e políticos, pelo fato de muitos brasileiros não terem acesso aos direitos sociais, pode-se pensar que há uma parcela de nossa população que ainda é formada por cidadãos incompletos ou não-cidadãos, mesmo fazendo parte de um Estado- Nação democrático. Consonante a isso, Ávila (1999) destaca que

[...] a cidadania é o conceito que dá sentido à ideia de exclusão social. Quando falamos de excluídos e excluídas, estamos nos referindo a pessoas que não desfrutam dos direitos básicos para serem consideradas cidadãs, que incluem entre outros, a participação política, a liberdade de expressão e organização, o acesso aos benefícios sociais, ao trabalho remunerado, à proteção legal. (ÁVILA, 1999, p. 40)

Relativo à concepção de exclusão, no presente trabalho, relacionamos- a com a marginalização, isto é, a ação de marginalizar, de colocar à margem da sociedade. Esta relação se dá pois, assim como compreendemos que os indivíduos que não têm acesso aos seus direitos podem ser classificados como cidadãos incompletos ou não-cidadãos, essa não cidadania também os coloca à margem da cidade. Devemos ressaltar que, uma das interpretações comuns para o que é cidadão refere-se àquele que habita a cidade.

Concomitante a isso, o cientista político Kowarick (apud NEVES, 2005), ao realizar um estudo acerca da relação entre marginalização, ou marginalidade, e o sistema capitalista, ressalta que esse conceito foi engendrado pelo processo de urbanização pós-guerra, mais precisamente após a segunda Grande Guerra Mundial, devido à migração de pessoas aos grandes centros e à necessidade de os mesmos habitarem periferias ou “bairros marginais”. Além dessa chamada “precariedade habitacional”, há também outros aspectos sociais, econômicos e culturais que marginalizam os indivíduos, como o baixo nível de escolaridade, empregos não formais ou desemprego, falta de participação social, entre outros. Notem que todos os aspectos que contribuem com a marginalização,

apontados por Kowarick, estão relacionados a direitos cerceados, como o direito à propriedade, ou moradia, à educação, ao trabalho, e à participação nas decisões políticas e nas riquezas do Estado-nação do qual faz parte. Conforme a perspectiva desse autor, a marginalização, ou marginalidade, “acabou por abranger todo e qualquer fenômeno que redundasse, em última análise, numa forma de exclusão dos benefícios inerentes à sociedade urbano-industrial” (KOWARICK *apud* NEVES, 2005, p. 3). Isto posto, a marginalização estaria para além do não acesso à direitos, podendo ser relacionada também ao desenvolvimento econômico e ao trabalho.

Podemos atualizar essas reflexões a partir de Castel (1996) e o conceito de sociedade salarial. Segundo Castel (1996),

[...] uma sociedade salarial é sobretudo uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais têm sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, não somente sua renda, mas, também, seu status, sua proteção, sua identidade. Poder-se-ia dizer que a sociedade salarial inventou um novo tipo de seguridade ligada ao trabalho, e não somente à propriedade, ao patrimônio. (Ibidem, p. 243).

O vislumbre teórico de Castel (1966) nos ajuda a compreender o lugar do trabalho e sua contribuição para o processo de marginalização. Se anteriormente o assalariado era um sujeito que por nada ter, e aqui nos referimos à patrimônio e propriedade, sustentava-se precariamente pela troca de mão de obra, esse estado pensado ser temporário torna-se tão permanente que atualmente temos legislações que a asseguram, como os direitos trabalhistas.

Deste modo, se a marginalização está relacionada à não obtenção dos direitos civis, políticos e sociais, além da exclusão social, cultural e econômica, poderíamos dizer, então, que os sujeitos que não possuem acesso a esses aspectos são/estão marginalizados? Tal perspectiva descentraliza a marginalização de uma percepção espacial em contraposição aos centros urbanos, considerando que o que não está no centro está à margem.

Embora façamos um percurso que associa a marginalização à cidadania, ao gozo dos direitos e ao ser cidadão, não podemos deixar de ressaltar que tal percurso não é o mesmo para os homens e as mulheres. Da inconformidade nos direitos concedidos naturalmente aos homens e reivindicados pelas mulheres, surgem os movimentos feministas. A própria história do feminismo, tanto no âmbito teórico quanto no prático,

carrega em si a luta de mulheres por liberdade e pelo direito a ter direito, como por exemplo, as sufragistas e a luta pelo direito ao voto e à participação política.

Célia Regina Jardim Pinto (2010), ressalta que até os anos 30, o direito ao voto e à melhores condições trabalhistas eram pautas das feministas, mas o movimento perdeu força entre a década de 30 e os anos 60.

No Brasil, a década de 1960 teve uma dinâmica diversa em relação ao resto do mundo. O país, nos primeiros anos da década, teve grande efervescência: a música revolucionava-se com a Bossa Nova, Jânio Quadros, após uma vitória avassaladora, renunciava, Jango chegava ao poder, aceitando o parlamentarismo, a fim de evitar um golpe de estado. O ano de 1963 foi de radicalizações: de um lado, a esquerda partidária, os estudantes e o próprio governo; de outro, os militares, o governo norte-americano e uma classe média assustada. Em 1964, veio o golpe militar, relativamente moderado no seu início, mas que se tornaria, no mitológico ano de 1968, uma ditadura militar das mais rigorosas, por meio do Ato Institucional n. 5 (AI-5), que transformava o Presidente da República em um ditador. [...] enquanto na Europa e nos Estados Unidos o cenário era muito propício para o surgimento de movimentos libertários, principalmente aqueles que lutavam por causas identitárias, no Brasil o que tínhamos era um momento de repressão total da luta política legal [...] (PINTO, 2010, p. 16)

A partir dos anos 80 e com a redemocratização do Brasil, inúmeros grupos e coletivos feministas surgem no país, o que amplificou as pautas relacionadas às mulheres.

[...] o movimento feminista brasileiro, apesar de ter origens na classe média intelectualizada, teve uma interface com as classes populares, o que provocou novas percepções, discursos e ações em ambos os lados. Uma das mais significativas vitórias do feminismo brasileiro foi a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984, que, tendo sua secretária com status de ministro, promoveu junto com importantes grupos – como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), de Brasília – uma campanha nacional para a inclusão dos direitos das mulheres na nova carta constitucional. Do esforço resultou que a Constituição de 1988 é uma das que mais garante direitos para a mulher no mundo. (PINTO, 2010, p. 17)

Esse retrospecto histórico sobre a trajetória das mulheres brasileiras na luta por igualdade de gênero e o gozo dos mesmos direitos dos homens, nos faz pensar que se cidadania está relacionada à obtenção dos direitos, pode-se concluir que as mulheres se tornaram cidadãs não pelo direito a ter direitos, mas pela luta e pela conquista de ter direito a ter direitos. Lembremos que não podemos eximir o Estado do descaso em assegurar direito igualitários, o que nos remete à Vera Martins e Roseane Rosa (2017) ao enunciar

“que a cidadania das mulheres está em situação de rua” (Ibidem, p. 6). Tal afirmação pode ser interpretada como uma metáfora à vulnerabilidade que cerca as mulheres ao não ter acesso ou poderem gozar de direitos.

Agora, voltemos ao cerne deste estudo: as travestis e as pessoas trans. Segundo o Dossiê de Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2019 (BENEVIDES E NOGUEIRA, 2020), desenvolvido pela ANTRA, das 124 pessoas trans assassinadas em 2019, apenas 4% tinha um emprego formal, apenas 0,02% estão na universidade, 64% dos assassinatos ocorreram nas ruas e 82% das vítimas eram pretas ou pardas. Tais indicadores corroboram com as reflexões acerca de cidadania, exclusão social e marginalização. Neste contexto, notamos ainda que as pessoas trans lidam com uma outra instância de marginalização: a de seus corpos.

Retomemos a uma colocação que apresentamos anteriormente, na qual o cidadão é aquele que habita a cidade. Esse habitar, por sua vez, só é possível através do corpo. Segundo Bernardi (1995, p. 7 *apud* CARLOS, 2014, p. 474), “[...] é inútil justificar uma reflexão sobre o corpo, pois a vida o impõe cotidianamente, já que através dele sentimos, desejamos, agimos, exprimimos, criamos. Portanto o corpo tem uma função de mediação social”. Mas quando esse corpo não corresponde ao que é comumente dado como natural? Seria evidente dizer que a marginalização do mesmo pode ocorrer?

Na tentativa de responder a tais indagações e trilhar o trajeto reflexivo proposto no estudo, no próximo capítulo dissertamos sobre gênero, para que possamos compreender como se dá o processo de marginalização desses sujeitos que, conforme as discussões propostas acima, também podem ser considerados como cidadãos incompletos ou não-cidadãos.

3.1. GÊNERO

Sousa (2016, p. 29), ressalta, em seu estudo, que o conceito de gênero surge em 1969, a partir do psiquiatra Robert Stoller. Contudo, apenas em 1979 é que há uma tentativa de conceituação a partir de Gayle Rubin, uma antropóloga que conceitua gênero por meio do debate teórico marxista e psicanalítico. Segundo Rubin, “o sistema sexo/gênero é um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais são satisfeitas” (1993, p. 2 *apud* SOUSA, 2016, p. 29). Para compreender melhor

esse conceito, vamos destrinchá-lo para tentar compreender do que se trata sexo e gênero.

Comumente, compreende-se o sexo a partir dos aspectos biológicos relacionados às células sexuais e ao conjunto de órgãos reprodutores do sujeito. Isto é, sujeitos com dois cromossomos X, que possuem útero, ovários, trompas de Falópio, glândulas mamárias e vagina, são categorizados como fêmea, enquanto aqueles que possuem um cromossomo X e um cromossomo Y, além de testículos, ductos genitais, próstata, glândula bulbouretral e vesículas seminais e pênis, são categorizados como macho. O corpo é, portanto, sexuado a partir dessa perspectiva anatomofisiológica naturalizada.

Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. (BUTLER, 2003, p. 24).

Em sua obra *Problemas de Gênero*, Butler (2003) recorre à Simone de Beauvoir para compreender a mulher enquanto um termo em processo. Segundo a autora,

Se o argumento de Beauvoir, de que não nascemos, mas nos tornamos mulher, está correto, segue-se que a mulher em si é um termo em processo, um devir, um construído qual não pode dizer legitimidade que tenha origem ou fim. Como prática discursiva contínua, ela está aberta à intervenção e à ressignificação. Mesmo quando o gênero parece se cristalizar nas formas mais reificadas, a “cristalização” é, ela própria, uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por diversos meios sociais. Para Beauvoir, nunca é possível se tornar, finalmente, uma mulher, como se houvesse um tê-lo que governasse o processo de aculturação e construção. (BUTLER, 2003, p. 33).

Sendo assim, o gênero é constituído por significantes culturais marcados em um corpo sexuado, organizados a partir de uma lógica binária. Para vislumbrar melhor esse processo, pensemos em um momento crucial na vida de qualquer casal que esteja esperando um bebê: a ultrassonografia. A ultrassonografia é o exame que sexua o feto presente na gestante. Até que um exame diga aos pais “é menino” ou “é menina”, o que há no útero da gestante, ou nas trompas, considerando que também há essa possibilidade de gestação, é um bebê. A partir dessa designação biológica é que se instaura uma rede de significantes culturais: roupas rosa para meninas, azul para meninos; nomes femininos ou nomes masculinos; entre outros. Essa lógica é binária, inclusive mesmo quando o corpo é sexuado como intersexo, isto é, quando as características sexuais biológicas não se encaixam nas categorias do sexo feminino ou masculino. Essa lógica binária pode ser compreendida como a heterossexualidade. “A heterossexualidade como regime político

que se baseia na submissão e apropriação das mulheres e que produz a doutrina da diferença entre os sexos para justificar a opressão, bem como a denúncia do regime como compulsório nas relações afetivas”. (SOUSA, 2016, p. 23).

Segundo Butler (2003), esse ideal normativo assegura-se numa dita conformidade entre sexo, gênero, sexualidade e desejo. Segundo essa conformidade, um sujeito com uma denominação biológica cromossômica XY, possui o corpo sexuado como masculino, deve corresponder à masculinidade, sua sexualidade deve ser destinada à corpos sexuados de maneira oposta, vide a necessidade da reprodução humana como um marcador determinante para tal prática, e seu desejo também deve estar destinado aos sujeitos do sexo feminino.

No entanto, se o gênero é culturalmente construído, o tornar-se mulher de Simone de Beauvoir não necessariamente se aplicaria apenas aos sujeitos que possuem o corpo sexuado como feminino, pois “não há nada em sua explicação que garanta que o ‘ser’ que se torna mulher seja necessariamente fêmea”. (BUTLER, 2003, p. 9).

Para Jesus (2014, p. s/n) “[...] ao compreender parcialmente o gênero como construção social, o feminismo dito tradicional ou essencialista reforça estereótipos sobre os corpos e os seus usos prejudiciais não apenas à população transgênero, mas a todo e qualquer ser humano que não se enquadre no modelo que iguala gênero a sexo”. Partindo dessa proposição de Jesus (2014), se a percepção de gênero estivesse estritamente relacionada ao sexo dado como natural aos aspectos biológicos dos órgãos sexuais e reprodutivos, o que se tornam as mulheres que por algum motivo precisam retirar o útero, as trompas ou as mamas? Ainda são consideradas do sexo feminino? Ainda são mulheres ou a sociedade as vê parcialmente como mulheres? E os homens que têm o pênis amputado ou os testículos retirados, automaticamente deixam de se enquadrar na categoria “homem”? Tais provocações da autora demonstram a inconformidade nesta perspectiva.

Referente a isso, Butler (2003, p. 163) enfatiza que “essa formulação radical da distinção sexo/gênero sugere que os corpos sexuados podem dar ensejo a uma variedade de gêneros diferentes, e que, além disso, o gênero em si não está necessariamente restrito aos dois usuais”. Se há uma distinção entre gênero e sexo, a identidade não seria mais tão fixa quanto se pensava e não estaria mais restrita à binaridade, sendo o gênero “um artifício flutuante, com facilidade de significar tanto um corpo masculino como

feminino”. (BUTLER, 2003, p. 24).

É importante ressaltar que, para Butler, a distinção entre sexo e gênero é arbitrária, “[...]considerando que o “sexo” é uma interpretação política e cultural do corpo, não existe a distinção sexo/gênero em linhas convencionais; o gênero é embutido no sexo, e o sexo mostra ter sido gênero desde o princípio”. (BUTLER, 2003, p. 165). Ademais, afirmar que o sexo é um dado natural e gênero um dado construído, corresponderia a dizer que um “eu verdadeiro” seria revelado no sexo, no gênero e no desejo (BUTLER, 2003, p. 45).

Butler (2003) reflete sobre o fato de o gênero não poder se estabilizar em uma matriz heterossexual e que, portanto, pode ser compreendido como um ato performativo. O filósofo inglês John Langshaw Austin (1962), analisou enunciados que não carregavam conteúdos verdadeiros, mas que ainda assim, não eram conteúdos falsos, mas que tinham a ação como função essencial. Embora não informassem ou descrevessem algo, esses enunciados evocavam ação. Ou seja, a partir da palavra havia a tentativa de imposição de um comportamento. À essa elaboração filosófica, Austin (1962, p. 6) deu o nome de “*performative*”, termo que em português poderia ser traduzido como performativo. Deste modo, a partir de tal conceituação, Butler (2003) considera o gênero não mais como um artifício flutuante, passando a considerá-lo como uma realização performativa. Referente a isso, a linguagem cumpre um papel essencial à performatividade, afinal, é pelas vias do discurso que tomamos o modelo binário e a heterossexualidade compulsória.

Antes de adentrarmos nas reflexões acerca da performatividade, precisamos nos ater a conceitos precedentes que nos auxiliarão a compreendê-lo melhor: o de identidade de gênero. Como Butler mesmo sugere, “[...] seria errado supor que a discussão sobre a “identidade” deva ser anterior à discussão sobre a identidade de gênero, pela simples razão de que as “pessoas” só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero.”. (BUTLER, 2003, p. 37). Essa “inteligibilidade de gênero” refere-se à gêneros os quais possuem uma dita coerência e continuidade entre sexo, gênero, sexualidade e desejo.

[...] os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na

manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual.”. (BUTLER, 2003, p.38).

Por exemplo, no Brasil, até 1830, relações sexuais e/ou afetivas entre pessoas do mesmosexo eram consideradas crimes e apenas em 1985 a homossexualidade deixou de ser considerada uma doença; em 1997 cirurgias de redesignação sexual foi regulamentada apenas em 1997; as uniões estáveis homoafetivas foram permitidas em 2011 e, em 2013, o casamento entre pessoas do mesmo sexo também foi legalmente permitido; apenas em 2018 o Supremo Tribunal Federal reconheceu que o cidadão tem o direito de ter em seu Registro Geral (RG), e demais documentos, o nome pelo qual quer ser chamado, sem precisar recorrer à cirurgia de redesignação de sexo ou decisão judicial; e somente em 2018, a transexualidade deixou de ser considerada um distúrbio mental pela Organização Mundial da Saúde. Estes exemplos demonstram como discursiva e juridicamente, tenta-se cercear qualquer tipo de manifestação de desejo, sexualidade e gênero que não estejam em conformidade com a definição de sexo. Essa é, na prática, a lógica de uma matriz heterossexual. A inteligibilidade de gênero, naturaliza a binaridade de gênero e a ideia de complementaridade que há entre o macho e a fêmea/ o masculino e o feminino.

A percepção equivocada de que identidade precede identidade de gênero, se dá a partir da naturalização da binaridade e a expectativa de inteligibilidade de gênero. Entretanto, a própria identidade é performativa, assim como o gênero. Voltemos aos órgãos reguladores:

quando retiramos nossa carteira de identidade, o sexo biológico nomeado como masculino ou feminino é uma das informações presentes em nosso registro enquanto cidadãos de um Estado-Nação. Portanto, se o gênero precede a identidade, logo, não se pode falar em identidade sem o gênero marcador.

A “nomeação” do sexo é um ato de dominação e coerção, um ato performativo institucionalizado que cria e legisla a realidade social pela exigência de uma construção discursiva/perceptiva dos corpos, segundo os princípios da diferença sexual. Assim, conclui Wittig, “somos obrigados, em nossos corpos e em nossas mentes, a corresponder, traço por traço, à ideia de natureza que foi estabelecida para nós... ‘homens’ e ‘mulheres’ são categorias políticas, e não fatos naturais”. (BUTLER, 2003, p. 168).

Deste modo, identidade, assim como gênero, não se trata do que se é, mas da ação, do que se faz. Isto é, do ato performativo. Tomemos como exemplo, uma travesti. Embora tenha sido designada em um primeiro momento como “homem”, a travesti

desempenha atos que nos remetem a uma identidade feminina, tal qual uma mulher. Portanto, se gênero, e conseqüentemente sexo, e identidade são atos performativos, então há diversas possibilidades de identificação de gênero que não condizem com a binaridade e com a inteligibilidade de gênero. No próximo capítulo apresentaremos algumas perspectivas contemporâneas sobre identidade de gênero e sua relação com a marginalização.

3.2. IDENTIDADE DE GÊNERO

Agora que compreendemos que assim como o gênero, identidade também é algo performativo, vamos refletir dois espectros identitários relacionados ao gênero e sua inteligibilidade. A identidade de gênero refere-se ao gênero que o sujeito se identifica. Define-se como Cisgênero quem se identifica com o gênero em consonância com o sexo biológico que lhe foi atribuído ao nascer. Deste modo, se o seu sexo foi definido como feminino, e você se identifica como mulher, pode-se concluir que sua identidade de gênero é Cis. Agora, se a sua identificação de gênero é diferente da designação biológica do sexo que lhe foi atribuído, logo você pode ser considerado como uma pessoa Transgênero. Portanto, se ao nascer você foi designado como pertencente ao gênero masculino, mas se identifica com o gênero feminino, pode-se concluir que sua identidade de gênero é transgênero. Na definição de Transgêneros há mulheres transexuais, homens transexuais, as travestis e pessoas não -binárias.

‘Transgênero’ não quer dizer um gay (ou lésbica ou bi) ‘mais afetado’, nem uma patologia mental do indivíduo. Não é tampouco o nome de mais uma identidade gênero-divergente [...] mas um termo ‘guarda-chuva’, que reúne debaixo de si todas as identidades gênero-divergentes, ou seja, identidades que, de alguma forma e em algum grau, descumprem, violam, ferem e/ou afrontam o dispositivo binário de gênero. (LANZ, 2014, p. 24)

Deste modo, pessoas não-binárias também estão abrangidas nesse ‘guarda-chuva’ que é a trans identidade, considerando que o não-binarismo é justamente a contraposição ao binarismo de gênero.

Referente às pessoas trans, Jesus (2012, p. 14) afirma que “a transexualidade é uma questão de identidade. Não é uma doença mental, não é uma perversão sexual, nem é uma doença debilitante ou contagiosa. Não tem nada a ver com orientação sexual, como geralmente se pensa, não é uma escolha nem é um capricho”. Nas palavras da autora, “mulher transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal

como mulher. Homem transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como homem” (JESUS, 2012, p. 15). Ao contrário do que há no imaginário social, não necessariamente uma pessoa transexual precisa ser submetida a procedimentos cirúrgicos de redesignação de sexo para ser respeitada a partir do gênero com o qual se identifica. Segundo Jesus (2012, p. 17), a definição de travesti, refere-se às pessoas “que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou não-gênero”. Por ser um conceito anterior ao de transexualidade, as travestis ainda sofrem muito estigma, principalmente por serem associadas à terminologia “travestir”, termo utilizado com sentido pejorativo para referir-se a algo que imita o que não se é.

Cabe ressaltar que identidade de gênero em nada tem a ver com orientação sexual ou práticas sexuais. Definições como heterossexuais, homossexuais, bissexuais, pansexuais, não-binários, entre outros, são cabíveis tanto a pessoas cisgênero, como a pessoas trans. Se uma mulher cisgênero que se sente atraída afetiva e sexualmente por sujeitos do sexo oposto é definida como heterossexual, o mesmo ocorre com uma mulher trans. É inconcebível a perspectiva de que uma mulher trans que se relaciona com um homem seja considerada como homossexual, pois independente de ter sido submetida a algum procedimento cirúrgico ou não, ainda sim sua identidade de gênero é feminina e deve ser respeitada como tal.

Por vivermos em uma sociedade marcada pela lógica binária e pela matriz heterossexual normativa, pessoas que não se enquadram na conformidade sexo, gênero, prática sexual e desejo tendem a ser marginalizados de diferentes modos, seja ao serem expulsos de casa; por não conseguirem se manter no sistema educacional; por não terem acesso a empregos formais; ou sendo submetidos à violência constante, tanto por parte do descaso do estado em lhes assegurar direitos, quanto por parte de uma sociedade que naturalizou e internalizou a binaridade de gênero de tal modo que desumaniza qualquer sujeito que escape a norma.

[...] As histórias de exclusão social e discriminação são reafirmadas por meio de discursos sobre a violência e o desprezo social que sofremos todos os dias. Na fala das pessoas trans observa-se um sentimento de aflição resultantes dos confrontos e enfrentamentos rotineiros e da não aceitação da sociedade, que podem levar até ao suicídio. Deste modo, é imprescindível refletir acerca da conjuntura vivenciada pelas pessoas que fazem parte desse segmento da sociedade que abandona e marginaliza os que irrompem com os padrões heterocisnormativos. A maior parte da população trans no país vive em

condições de miséria e exclusão social, sem acesso à educação, saúde, qualificação profissional, oportunidade de inclusão no mercado de trabalho formal e políticas públicas que considerem suas demandas específicas. O grau de invisibilidade social das pessoas trans no Brasil é tão grande que não existem censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou estudos do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) que possam mapear esse segmento pelo país para poder fomentar políticas de Direitos Humanos, no combate à violência e na criação de Políticas Públicas de Estado para atender às nossas demandas. (BENEVIDES E NOGUEIRA, 2019, p. 55).

Essa afirmação de Benevides e Nogueira (2019), reforça nossa ressalva de não acesso aos direitos e a insurgência de demandas que atendam às Travestis e Transexuais. Evidencia-se, portanto, uma necessidade de que esses sujeitos possuam participação social e política, politizando-se e incorporando-se à cidadania. Mediante à essa conjuntura, sujeitos que percebem essa problemática e sentem-se afetados, buscam meios de contestar os direitos negligenciados e fazer com que suas demandas sejam, de algum modo, atendidas. Neste cerne, no próximo capítulo vamos nos ater ao conceito de Novos Movimentos Sociais para tentar compreendê-los como uma possibilidade e um meio de lidar com a problemática da marginalização de travestis, mulheres transexuais e homens transexuais.

4. NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Ao nos referirmos a Movimentos Sociais Clássicos, ou paradigma clássico dos movimentos sociais, um dos principais revolucionários e expoentes do século XIX, certamente foi Karl Marx, principalmente em suas elaborações teóricas desenvolvidas com Engels. O cerne dos estudos sobre os movimentos sociais a partir da abordagem marxista seria a luta de classes sociais, como meio para garantir uma melhor distribuição dos bens em uma constante oposição entre o capital e o trabalho. Uma das maiores contribuições de Marx para os movimentos sociais refere-se à práxis social (GOHN, 1997, p. 176), conceito que associa a ação do movimento à concepção teórica do movimento. Isto é, ao mesmo tempo em que o movimento se desenvolve a partir de ações contestatórias e de reivindicação, fundamenta-se teorias sobre as próprias ações.

Neste modelo de movimento social, o uso da força é amplamente utilizado para coerção e meio para que o proletariado pudesse tomar os meios de produção e conquistar o poder, lembrando que essa luta de classe está ancorada na dicotomia trabalho x capital / proletariado x burguesia. Nesta abordagem clássica de movimento social é pautada na questão econômica- industrial-classista.

Gohn (1997) aponta para duas grandes correntes de pensamento decorrentes de Marx: a corrente ortodoxa e a corrente heterodoxa. Na primeira, Marx centra-se nos fatores econômicos e macroestruturais da sociedade, enquanto na segunda prevalece-se os estudos de Marx acerca de ideologia, consciência, entre outros. Conforme Piccolotto (2007, p. 159) “A revisão crítica dos trabalhos das correntes ortodoxa e humanista deu origem tanto às abordagens que viriam a ser denominadas “neomarxistas”, quanto motivou, no estudo dos movimentos sociais, a emergência do paradigma dos “Novos Movimentos Sociais”. Segundo Gohn (1997),

Partindo da inadequação do paradigma tradicional marxista, denominados por alguns clássico ou ortodoxo, para análise dos movimentos sociais que passaram a ocorrer na Europa a partir dos anos 60 deste século, assim como fazendo a crítica aos esquemas utilitaristas e às teorias baseadas na lógica racional e estratégica dos atores (que analisavam os movimentos como negócios, cálculos estratégicos etc.), Touraine, Offe, Melucci, Laclau e Mouffe, entre outros, partiram para a criação de esquemas interpretativos que enfatizavam a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado. (GOHN, 1997, p. 121).

Isto posto, a questão econômica-industrial-classista deixa de ser o centro dos movimentos sociais. Dentre os autores que conceituam os Novos Movimentos Sociais, nos ateremos às concepções de Alberto Melucci por compreendermos serem concernentes com as perspectivas aqui abordadas. Segundo Gohn (1997)

Em 1980, ele [Melucci] publicou um artigo que demarcou seu trabalho a partir de então: a preocupação com as questões teóricas. "*The New Social Movements: A Theoretical Approach*" criou um conceito (Novos Movimentos Sociais), um campo de análise (o cultural) e demarcou as principais diferenças entre estes e as análises anteriores sobre os movimentos sociais (centradas no estudo da classe operária). GOHN, 1997, p. 153).

Para Melucci (1989), a observação da complexidade presente nas sociedades contemporâneas demonstra que:

1. As novas formas de agregação social têm uma natureza permanente e não-conjuntural. Elas coexistem com outras categorias mais consolidadas e [...] são um componente estável e irreversível dos sistemas sociais contemporâneos; 2. uma função de socialização e de participação "submersa" é preenchida por essas novas formas de solidariedade conflitual, que abrem novos canais para o agrupamento e a seleção de elites. Os meios tradicionais de socialização política, de inovação cultural e de modernização institucional, em consequência disso, se redefiniram; 3. O controle da complexidade tem de se ocupar cada vez mais com a relação entre sistemas institucionais de representação e de tomadas de decisão e novas formas de ação. (MELUCCI, 1989, p. 50).

A partir destas proposições, conforme Melucci (1989), há particularidades nos novos movimentos sociais que os diferem das concepções clássicas deste conceito. Não se trata mais de uma questão restringida aos aspectos econômicos ou às lutas de classe, mas sim relacionada às identidades pessoais, movimentações e padrões culturais, nos quais o sujeito é o centro da ação. Teoricamente, observa-se a conceituação dos movimentos sociais contemporâneos a partir da efervescência social e política ocorrida nos anos 60 e 70, como por exemplo o Maio de 68, o Movimento Negro nos Estados Unidos nos anos 60, o Movimento Estudantil no Brasil dos anos 70, entre outros. Nestes movimentos percebe-se questões culturais em pauta, para além de uma mera luta de classes. Melucci (1989) propõe-se a discutir uma nova estrutura teórica de análise para compreensão dos Movimentos sociais, para além das teorias já desenvolvidas nos anos 70. A principal crítica do autor referente às teorias precedentes, é que nenhuma delas consegue explicar de maneira mais abrangente o como e o porquê uma ação coletiva e um movimento se estabelece.

As teorias estruturais, ocuparam-se do porquê de um movimento se estabelecer,

mas não davam indícios de como se estabelecem, assim como as teorias de Mobilização de Recursos que explicam o como se desenvolve uma ação coletiva, mas se absterem de explicar o porquê. Aquele Melucci se propõe em suas análises é justamente compreender a ação dos movimentos sociais como “uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e ações”. (MELUCCI, 1989, p. 52).

Para Melucci (1989) os Movimentos Sociais são compreendidos como “uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Tais aspectos distanciam a concepção de Movimento Social de outras manifestações, como os protestos. Ademais, contemporaneamente, trata-se de “pequenos grupos imersos na vida cotidiana que requerem um envolvimento pessoal na experimentação e na prática da inovação cultural” (MELUCCI, 1989, p. 61), e surgem objetivando fins específicos. A ação coletiva pode ser compreendida como “um conjunto de práticas sociais e a capacidade das pessoas de incluir o sentido do que estão fazendo”. (GOHN 1997, p. 154 *apud* MELUCCI, 1996, p. 20). A solidariedade a qual Melucci (1989) se refere está relacionada à capacidade dos atores compartilharem uma identidade coletiva.

A identidade coletiva é um processo que envolve três mecanismos para a sua definição/constituição: a definição cognitiva concernente a fins, meios e campo da ação; a rede de relacionamentos ativos entre os atores que interagem, comunicam-se, e influenciam uns aos outros, negociam e tomam decisões; e, finalmente, a identidade coletiva requer um certo grau de investimento emocional, no qual os indivíduos sintam-se, eles próprios, parte de uma unidade em comum (GOHN 1997, p. 159 *apud* MELUCCI, 1996, p. 44 - 45).

Referente ao desenvolvimento de um conflito, trata-se da capacidade de sujeitos opostos lutarem pelos mesmos recursos, e o rompimento dos limites do sistema refere-se à transgressão da ação para além das variações esperadas. Outra grande contribuição deste autor para a compreensão dos movimentos sociais refere-se ao modelo bipolar de ação, percebido nos movimentos sociais em meados dos anos 80: a latência e a visibilidade.

A latência permite que as pessoas experimentem diretamente novos modelos culturais – uma mudança no sistema de significados – que, com muita frequência, é oposta às pressões sociais dominantes [...]. A latência cria novos códigos culturais e faz com que os indivíduos os pratiquem. Quando pequenos grupos surgem para enfrentar uma autoridade política numa decisão específica, a visibilidade demonstra a oposição que leva a tomada de decisão com relação à política pública. [...] a latência permite a visibilidade por alimentar o primeiro com recursos de solidariedade e com uma estrutura cultural para mobilização. A visibilidade reforça as redes submersas.

Fornece energia para renovar a solidariedade, facilita a criação de novos grupos e o recrutamento de novos militantes atraídos pela mobilização pública que então flui na rede submersa. (MELUCCI, 1989, p. 61-62).

Desse modo, o modelo organizacional dos movimentos sociais contemporâneos não seria um mero instrumento para se alcançar seus objetivos, pois seriam os objetivos em si mesmo. Além disso, os movimentos sociais “possuem as seguintes características: a) elas permitem associação múltipla; b) a militância é apenas parcial e de curta duração; c) o envolvimento pessoal e a solidariedade afetiva são requeridas como uma condição para a participação em muitos dos grupos. Este não é um fenômeno temporário, mas uma alteração morfológica na estrutura da ação coletiva”. (MELUCCI, 1989, p. 61). Portanto, os sujeitos que compõem um movimento social, em alguma medida, solidarizam-se ou identificam-se com a causa, podendo atuar em diferentes causas ao mesmo tempo.

Picolotto (2007) ressalta uma das mais recentes definições de Movimentos Sociais, de acordo com Melucci, como

[...] a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos. A ação coletiva de um movimento se manifesta através da ruptura dos limites de compatibilidade do sistema dentro do qual a ação mesma se situa. (PICOLOTTO, 2007, p. 172 *apud* MELUCCI, 2001, p. 35.)

As definições e características que Melucci nos apresenta em seus estudos, por si só, já denunciam a complexidade dos Novos Movimentos Sociais. Não se trata mais de reivindicações classistas, que operam pelo uso da força e visam mudanças estruturais e políticas. Agora, trata-se de questões culturais, de percepções que afetam os sujeitos e os convocam, seja por identificação à causa ou solidariedade. Os sujeitos que compõem um movimento social não estão mais restritos a uma única causa e, conseqüentemente, a um único movimento social, pois um mesmo sujeito pode estar presente em diferentes movimentos. Por exemplo, um mesmo sujeito pode compor o Movimento Sem Terra (MST), o Movimento Negro Unificado (MNU) e o Movimento Feminista ao mesmo tempo. É importante ressaltar que mesmo que os sujeitos compactuem com os mesmos objetivos nos movimentos dos quais fazem parte, ainda assim, cada um possui motivações individuais e particulares. Eis, portanto, um dos principais desafios da comunicação: como mobilizar os sujeitos para ação em um movimento social? As discussões de Melucci (1989) acerca de latência e visibilidade já dão alguns indícios.

Entretanto, para dar andamento às reflexões aqui propostas, consideramos necessário nos atermos ao conceito de Mobilização.

4.1. MOBILIZAÇÃO

Para Toro e Werneck (2004, p. 13) “mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados”. Ou seja, a mobilização só ocorre quando sujeitos agem em comum acordo, buscando resultados para objetivos em comum, convocando, cotidianamente, discursos, decisões e ações, respaldados por um horizonte ético que dá sentido à mobilização.

Mobilizar-se está diretamente relacionado à cidadania e, conseqüentemente, à democracia. Os sujeitos ou grupos se mobilizam em prol de algo, a partir da percepção de parteconstituente da sociedade e, portanto, um potencial agente de mudança. Conforme Toro e Werneck (2004): “Toda ordem de convivência é construída; por isso, é possível se falar em mudanças”. (Ibidem, p. 16). Entretanto, embora isso pareça uma proposição evidente à uma sociedade democrática, nem todos os cidadãos compreendem a sua parcela de responsabilidade na construção do convívio social.

A mudança social só é possível caso os cidadãos se responsabilizem pela sociedade da qual fazem parte. Na própria concepção teórica destes autores, “cidadão é a pessoacapaz de criar ou transformar, com os outros, a ordem social, a quem couber cumprir e protegeras leis que ele mesmo ajudou a criar”. (TORO E WERNECK, 2004, p. 21). Isto é, qualquer mudança social que almejamos, só pode ser realizada por intermédio da mobilização dos cidadãos. Toro e Werneck (2004), propõem dimensões básicas para estruturar um processo de mobilização, baseado na formulação de um imaginário, nos atores que iniciam a mobilização, no campo de atuação, na coletivização, no acompanhamento de resultados, e em uma experiência de mobilização social. Referente à formulação de um imaginário, Toro e Werneck (2004) ressaltam que

Esse propósito deverá estar expresso sob a forma de um horizonte atrativo, um imaginário “convocante” que sintetize de uma forma atraente e válida os grandes objetivos que se busca alcançar. Ele deve expressar o sentido e a finalidade da mobilização. Ele deve tocar a emoção das pessoas. Não deve ser só racional, mas ser capaz de despertar a paixão. (TORO E WERNECK, 2004, p. 37).

Estes autores ainda destacam a importância da formulação de um imaginário que reflita um consenso coletivo, de modo que os sujeitos que se mobilizam estejam todos de acordo com algo ou alguma ideia que se sobreponha a quaisquer divergências que possam haver.

O imaginário enuncia uma forma de futuro por construir, contém elementos de validade formais (históricos e científicos) e, nesse sentido, é uma fonte de hipóteses para ação e o pensamento. É um critério para orientar e avaliar os múltiplos esforços e as decisões que se requer para convertê-lo em realidade. É um horizonte perceptível. (TORO E WERNECK, 2004, p. 40).

Tais percepções possibilitam os sujeitos responder às questões: “em que medida o que estou fazendo contribui para alcançar esse objetivo? O que mais posso fazer?” (TORO E WERNECK, 2004, p. 40).

Os atores que iniciam uma mobilização não necessariamente se referem a uma pessoa, mas também a um grupo ou uma instituição. Eles podem ser categorizados como “Produtor Social”; “Reeditor Social”; “Editor”. Pode-se considerar como Produtor Social a pessoa ou instituição precursora de um movimento que transpareça uma problemática e uma vontade de mudança compartilhada. Dentre as potencialidades atribuídas ao Produtor Social estão: respeito e confiança nas decisões coletivas; a crença na criatividade e empreendedorismo das pessoas e coletividades; a capacidade de interpretar a realidade social; possui clareza acerca dos conceitos de democracia, cidadania, público e participação; além de ser sensível e tolerante. O Reeditor Social é o sujeito da comunicação em uma mobilização. É a ele que cabe a função de adequar as mensagens, com legitimidade e credibilidade, conforme a circunstância e os propósitos do movimento. Os Reeditores, ao adequar as mensagens aos públicos, creem no convencimento de cada um, diferentemente de um militante que crê em conversão. Por fim, os Editores são os sujeitos que editam as mensagens e as convertem “em formas, objetos, símbolos e signos adequados”. (TORO E WERNECK, 2004, p. 46).

Sobre o campo de atuação, é concernente à atuação de cada participante de um movimento. É necessário que as propostas de atuação sejam o mais claras e realistas possíveis, de modo a serem estimulantes e convoquem os participantes à responsabilização. A coletivização é a parte emotiva convocada pelo campo de atuação, resultante do sentimento de que o que faço no movimento também está sendo feito por outras pessoas, por propósitos e sentidos em comum. O acompanhamento de resultados refere-se aos indicadores e critérios de mensuração que permita aos envolvidos saber se

os objetivos em seu campo de ação estão na direção do alcançável. Tais informações devem ser divulgadas aos participantes do movimento e à sociedade em geral. Por fim, uma experiência de mobilização social inicia-se com a tomada de consciência de uma problemática; seguida da mobilização de uma comunidade; e a ampliação dos objetivos.

Em toda mobilização social, o projeto de comunicação é essencial em sua estruturação, objetivando ampliar a abrangência do movimento. Para Peruzzo (2009),

A comunicação faz parte dos processos de mobilização dos movimentos sociais em toda a história e em conformidade com os recursos disponíveis em cada época. O Fórum Social Mundial, por exemplo, tem grandes proporções porque soube usar a internet como canal de comunicação. Os movimentos sociais específicos também se ajustam às condições dadas para poderem se comunicar. No Brasil, tais movimentos sempre usaram meios próprios de comunicação, até pelo cerceamento à sua liberdade de expressão por meio da grande mídia. O processo que vai do panfleto ao jornalzinho, e dele ao blog e ao website na internet, do megafone ao alto-falante e dele à rádio comunitária, do slide ao vídeo e dele à TV Livre e ao Canal Comunitário da televisão a cabo, evidencia o exercício concreto do direito à comunicação como mecanismo facilitador das lutas pela conquista de direitos de cidadania”. (PERUZZO, 2009, p. 36).

Toro e Werneck (2004) destacam algumas justificativas para o projeto de comunicação em um processo de mobilização, tais como: o acesso à informação para uma participação livre e consciente; a ampliação das bases do movimento a partir da divulgação dos propósitos da mobilização; possibilita maior segurança aos reeditores a partir do acesso às informações; a divulgação das informações ainda contribuem para a legitimação dos discursos produzidos pelos reeditores; a identificação de alternativas para as ações por intermédio da divulgação de ações e decisões dos diversos grupos, formando um “Banco de Ideais” (TORO E WERNECK, 2004) que servem de referencial acerca do movimento e que pode ser apropriado e repercutido entre os participantes; e para gerar o sentimento de coletivização. Conforme Henriques (2007)

As pessoas precisam, no mínimo, de informação para se mobilizarem, mas, além disso, precisam compartilhar visões, emoções e conhecimentos sobre a realidade das coisas à sua volta, gerando a reflexão e o debate para a mudança. (HENRIQUES, 2007, p. 65 *apud* BRAGA E MAFRA, 2000, p. 4).

O projeto de comunicação deve estar de acordo com os propósitos do movimento, começando por três atividades básicas: estruturação das redes de reeditores (identificando os setores a serem mobilizados); converter o imaginário formulado em símbolos e mensagens a serem utilizados pelos reeditores em seu campo de atuação; e estruturar o sistema de coletivização (este é a etapa de convocação ao movimento, uma

vez que os reeditores já estão atuantes e os materiais de comunicação estão prontos). Para Henriques (2007)

[...] a principal função da comunicação em um projeto de mobilização é gerar e manter vínculos entre os movimentos e seus públicos, por meio do reconhecimento da existência e importância de cada um e do compartilhamento de sentidos e de valores. (HENRIQUES, 2007, p. 20-21).

Henriques (2007, p. 41 *apud* BRAGA; HENRIQUES E MAFRA, 2000) propõe uma análise dos públicos que compõem um movimento de ação social a partir de vínculos. São eles: localização espacial, informação, julgamento, ação, continuidade, coesão, co-responsabilidade e participação institucional. A localização espacial refere-se ao vínculo estabelecido simplesmente pelos sujeitos compartilharem o espaço geográfico ou virtual com o movimento, tratando-se da ambiência para as relações intersubjetivas; a informação refere-se aos conteúdos informativos, sobre a mobilização, que chegam aos públicos; o julgamento se dá por intermédio do juízo de valor que os sujeitos fazem das informações recebidas e que fomentam uma tomada de posição em relação à mobilização; a ação refere-se à contribuição direta ou indireta dos públicos para alcançar os objetivos da mobilização; a coesão se refere à interdependência das ações dos públicos que contribuem para o alcance dos objetivos da mobilização; a continuidade refere-se às ações contínuas de participação, não se restringindo apenas em ações pontuais, mas sim contínuas; a co-responsabilidade refere-se à percepção do público como parte responsável pelas mudanças que almeja dentro de uma mobilização, percebendo-se como parte essencial no todo; por fim, a participação institucional está relacionada a um vínculo contratual que se pode haver com o projeto de mobilização, tratando-se de parceiros, convênios ou contratos.

O vínculo com os públicos almejado em uma mobilização social é o da co-responsabilidade. Entretanto, Henriques (2007 *apud* BRAGA; HENRIQUES E MAFRA, 2000) destaca que

Um problema a ser considerado na geração da co-responsabilidade na mobilização é fazer com que as pessoas se sintam sempre desafiadas a mudar, porém sem descaracterizar a causa e o movimento a ponto de não poderem mais ser reconhecidos. Nunca é demais lembrar a advertência de Freire (1982) sobre a dialética permanência-mudança ao referir-se ao processo educativo: nem tudo pode ser mudado e nem tudo deve permanecer, o que equivale a dizer que há sempre uma tensão permanente entre o que deve permanecer e o que deve mudar. (HENRIQUES, 2007, p. 50-51).

Henriques (2007 *apud* BRAGA; HENRIQUES & MAFRA, 2000) propõe um mapa tridimensional para mapeamento e segmentação aplicável a projetos de mobilização voltadas para a geração de co-responsabilidade nos públicos que compõem a mobilização social. Deste modo, foram definidos três níveis de aproximação: os Beneficiados; os Legitimadores; e os Geradores. Os beneficiados são “todas as pessoas ou instituições que podem ser localizadas dentro do âmbito espacial que o projeto delimita a sua atuação” (HENRIQUES, 2007, p. 51). Os legitimadores são grupos de pessoas e instituições que além de comporem o âmbito espacial de atuação do projeto e se beneficiarem de seus resultados, ainda possuem “informações acerca de sua existência e operação, são capazes de reconhecê-lo e julgá-lo como útil e importante, podendo se converter em colaboradores diretos em qualquer tempo” (HENRIQUES, 2007, p. 51). Os geradores, por sua vez, são grupos de pessoas ou instituições que se beneficiam tanto quanto os beneficiados e os legitimadores, acrescido da possibilidade de organizar e realizar ações em nome do projeto.

Henriques (2007) destaca que uma comunicação no processo de mobilização deve ser dialógica, libertadora e educativa. É dialógica, pois não se trata da transmissão de um saber, mas da construção coletiva de saberes; é considerada libertadora, pois não busca manipular os participantes, mas convocá-lo à percepção de problemáticas, a compreensão da realidade e vislumbrar modos de transformá-la; e é educativa na medida em que os sujeitos participantes interagem entre si e aumentam seu repertório de atitudes em prol de uma mudança.

[...] a comunicação para a mobilização deve se propor a orientar os indivíduos em seus espaços de interação, ou mesmo criar ambientes, onde as relações e as interações ocorrerão através do diálogo livre entre os sujeitos, e o conhecimento será apreendido e reelaborado através dos próprios contextos da comunidade. (HENRIQUES, 2007, p.28).

Portanto, nota-se a importância da comunicação não só para a construção da cidadania e democracia, para a percepção da necessidade de mudanças e para mobilizar-se em prol de objetivos comuns. No próximo capítulo, nos ateremos à análise de produtos de comunicação publicizados pela Casa Nem, em uma tentativa de compreender se os conteúdos publicados auxiliam na desmarginalização de pessoas trans.

5. ANÁLISE

Conforme visto anteriormente, a Casa Nem atua em prol do acolhimento de pessoas LGBTQIAP+ em estado de vulnerabilidade, com ênfase no acolhimento de travestis e pessoas trans. Para cumprimento do objetivo geral e dos demais objetivos específicos deste trabalho, organizamos o corpus coletado em uma tabela geral de conteúdo, seguido da categorização e subcategorização destes conteúdos. O período definido para coleta de corpus é de 12 meses, de outubro de 2019 a setembro de 2020. Esse período foi selecionado considerando o ano em que me propus a iniciar a pesquisa, com a elaboração do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, em 2019, e por ser um período antes e durante a pandemia. Foram coletados 733 prints⁹ de posts da Casa Nem em plataformas como Facebook, Instagram e Twitter. No Facebook e no Instagram foi possível coletar conteúdos dos 12 meses que nos propomos analisar. Contudo, no perfil da Casa Nem no Twitter, só foi possível realizar a coleta de conteúdos de julho de 2020 a setembro de 2020.

Como critério de recorte analítico, optamos por não considerar posts com notícias, posts apenas com compartilhamento de conteúdo ou posts em vídeos que tenham sido realizados neste período. Desta forma, foram coletados 162 conteúdos do *Facebook*; 161 conteúdos no *Instagram*; e 62 conteúdos no *Twitter*. No total, foram 323 conteúdos coletados nas três redes sociais digitais. Nossa primeira categorização geral dos conteúdos foi elaborada em uma tabela que demonstra o mês; o ano; a rede social correspondente à coleta; o post com maior engajamento, considerando as reações dos interagentes; o post com menos engajamento, considerando as reações dos interagentes; post referente à latência; post referente à visibilidade; além da quantidade total de posts coletados de acordo com o mês e a rede social digital, conforme tabela presente em anexo.

Ressaltamos que o intuito não é analisar a rede social na qual o conteúdo foi divulgado, as especificidades sobre cada plataforma, mas sim, analisar os conteúdos que dão indícios de como se estabelece a comunicação da Casa Nem, o discurso institucional acerca da causa, casa e sujeitos, além da tentativa de apreender os sentidos produzidos nestes conteúdos.

⁹ Captura de tela da tela das publicações da Casa Nem nas redes sociais digitais.

A segunda categorização foi elaborada a partir da uma tríade Causa, Novos Movimentos Sociais e Estratégias de Comunicação. A partir dessa tríade norteadora, em um segundo momento sub categorizamos os conteúdos pertinentes à Causa em três categorias: causa, casa e sujeito. Os conteúdos relacionados às estratégias de comunicação, possuem como subcategorias: campanhas; eventos; e informativos. Por fim, os conteúdos pertinentes aos Movimentos Sociais foram subcategorias pertinentes aos “símbolos, eventos, rituais, lemas, etc.”, à latência e à visibilidade, isto é, elementos que caracterizam o Movimento Social. Ao dar início às categorizações, notamos que há um ponto de intersecção entre os conteúdos pertinentes à Causa, às Estratégias de Comunicação e aos Movimentos Sociais: a Mobilização.

Para ordenação lógica do trabalho, vamos nos ater, primeiramente, à tabela geral dos conteúdos, contida na tabela em anexo. Em uma reflexão primária, pode-se constatar que há uma discrepância cronológica entre um acontecimento e os conteúdos postados nas redes sociais, como por exemplo o post sobre o evento “DesNatal”. O evento que aconteceu nos dias 24 e 25 de dezembro só foi publicado no Instagram em janeiro. Ademais, não necessariamente o conteúdo que é publicado em uma rede social digital estará presente em outra. Tomemos como exemplo o post do Instagram intitulado “Renys Presente”, sobre o suicídio de um dos acolhidos pela Casa Nem.

Figura 3: Print do post de 10 de dezembro de 2019, na página da Casa Nem no *Instagram*.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/B55swQUJ7Vb/>

Embora o intuito do *post*, presente na figura 3, seja de extrema importância, pois trata não só sobre o suicídio de pessoas LGBTQIAP+, mas também da mobilização de recursos para o transporte do corpo de Renys Ferreira da Silva para perto de seus familiares, ainda assim não foi compartilhado nas demais redes. Na página da Casa Nem no *Instagram*, dos 161 posts coletados, o post que possui maior engajamento, considerando o número de reações, é referente à convocação ao ato de resistência pelo direito à moradia e contra o despejo em meio à pandemia, em agosto de 2020.

O post com menor engajamento, refere-se ao posicionamento da Casa Nem contra a federalização do caso Marielle Franco, publicado em maio de 2020. Trata-se de um processo que buscava transferir as investigações sobre os mandantes da execução da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes, ocorrido no Rio de Janeiro e em 2018, para esfera federal. Referente à latência, campanhas e parcerias marcaram os conteúdos publicados no *Instagram*, como a Campanha “#NossaDiversidadeImporta”; a formação da Frente LGBTQIAP+ para movimentações; a parceria com o Colégio Estadual Chico Anysio, para uma conversa sobre aceitação de LGBTQIAP+ na família; e a divulgação da petição contra a reintegração de posse do imóvel ocupado pela Casa Nem. Pertinente à visibilidade, os conteúdos categorizados são referentes à entrega de marmitas e utensílios para higiene e limpeza, aos moradores de rua e LGBTQIAP+ em vulnerabilidade; os atos realizados pela Casa Nem, ou dos quais a Casa Nem fez parte; as visitas à Casa Nem; e sobre algum tipo de violência sofrido pela Casa Nem ou seus integrantes, como a invasão ao colégio no qual os moradores da Casa estava abrigada.

Na página da Casa Nem no *Facebook*, dos 162 posts coletados, o post que possui maior engajamento é sobre o isolamento social de Indianarae, devido aos sintomas similares aos de covid-19, em abril de 2020. O post com menor engajamento refere-se à divulgação da exposição do filme “Indianara”, em maio de 2020. Dentre os conteúdos categorizados como concernentes à latência, temos a fala sobre aceitação de LGBTQIAP+ na família em uma conversa entre integrantes da Casa Nem e estudantes do Colégio Estadual Chico Anysio; a reflexão proposta sobre o aumento da violência doméstica sofrida por LGBTQIAP+ durante a pandemia do coronavírus; informativos sobre o processo de reintegração de posse do imóvel ocupado pela Casa Nem; além de campanhas e convocações para atos. Os conteúdos relacionados aos atos realizados pela Casa Nem ou dos quais a Casa Nem fez partes, além das premiações ao filme “Indianara” e a visita da equipe de reportagem do Canal Futura, foram categorizados como

concernentes à visibilidade.

Do perfil da Casa Nem no Twitter, coletamos 62 tweets, dos quais o que possuiu maior engajamento é sobre a inauguração da nova sede da Casa Nem, em setembro de 2020. O tweet com menor engajamento refere-se ao compartilhamento do perfil da Casa Nem no Instagram, em julho de 2020. Nos conteúdos identificados como sendo pertinentes à latência, destacamos à divulgação do Curso de Comida Vegana da Casa Nem, com bolsa de R\$400,00 aos participantes, e as informações publicadas acerca da legitimidade do curso pré-vestibular “Prepara Nem”. Na categoria visibilidade, destacamos o tweet sobre a inauguração da nova sede da Casa Nem. Ao coletar o corpus no recorte de tempo estabelecido para este estudo, o que para o Twitter abrange 3 meses, pudemos notar que os conteúdos referentes à alguma crise que a Casa Nem esteja atravessando são os que mais repercutem, seja devido a uma invasão, um ataque ou à uma reintegração de posse. Ademais, é nestes compartilhamentos de informações que tende a circular mais o link do Evoé, uma plataforma para doação de recursos financeiros para a Casa Nem. Agora, voltamo-nos à segunda categorização de conteúdos. Propomo-nos a descrevê-las e exemplificá-las por meio de alguns conteúdos coletados no Instagram, Facebook e Twitter.

A Categoria Causa está dividida nas subcategorias “Causa”, “Casa” e “Sujeitos”. É pertinente à “Causa” todos os conteúdos relacionados à acolhimento, pessoas LGBTQIAP+, moradores de rua ou demais pessoas em vulnerabilidade, conforme exemplificado nas figuras 5,6 e 7; relacionado à “Casa”, estão todos os conteúdos que são referentes à Casa Nem, conforme exemplificado nas figuras 8,9 e 10; e, por fim, na categoria “Sujeitos” estão os posts nos quais os sujeitos são o aspecto central do conteúdo, conforme os exemplos das figuras 11 e 12.

Figura 4: *Print* de publicação da Casa Nem, sobre a “Causa”, em sua página no *Instagram*.



Fonte: <https://www.instagram.com/casanem/>

Neste exemplo de post sobre a “Causa”, no *Instagram*, integrantes da Casa Nem, incluindo sua Idealizadora Indianarae Siqueira, entregam cestas básicas para LGBTQIAP+ no Rio de Janeiro. Na imagem, é possível ver Indianarae, com uma roupa que remete às cores da bandeira do orgulho LGBTQIAP+, touca e máscara e posicionada em primeiro plano na foto; uma beneficiária recebendo a cesta básica, em segundo plano na imagem; e uma moradora da Casa Nem, com o cabelo em um coque, máscara e luvas descartáveis, posicionada em terceiro plano. Na legenda do post, é possível perceber que há um apelo à solidariedade no uso do lema “A solidariedade ainda é o melhor remédio. Estamos todes juntas”. Tal lema nos convoca ao questionamento: para o que a solidariedade é o remédio? Para a pandemia? À vulnerabilidade? À Marginalização?

Figura 5: Print de publicação da Casa Nem, sobre a “Causa”, em sua página no *Facebook*.



Fonte: <https://www.facebook.com/casanemcasaviva>

Nesta postagem feita na página da Casa Nem, no *Facebook*, em contestação ao Desembargador que negou gratuidade de justiça às pessoas em situação de rua. Mesmo que o post não seja necessariamente sobre acolhimento, ele também é pertinente à Casa Nem, pois ela é constituída por pessoas sem moradia. Ademais, esse fato faria com que a Casa Nem fosse obrigada a custear os valores gastos nos agravos a serem julgados, relacionados à reintegração de posse do imóvel ocupado pelo movimento social.

Figura 6: *Print* de publicação da Casa Nem, sobre a “Causa”, em seu perfil no *Twitter*.



Fonte:

https://twitter.com/casanemcasaviva?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor

Neste *Tweet* é apresentado a causa que é o cerne da Casa Nem, isto é, o acolhimento a pessoas trans e LGBs, isto é, travestis, transexuais, lésbicas, gays e bissexuais, que foram expulsos de casa ou estão em situação de vulnerabilidade.

Na categoria “Casa” estão todos os conteúdos referentes ao imóvel que abriga a Casa Nem e sobre seu funcionamento/ cotidiano.

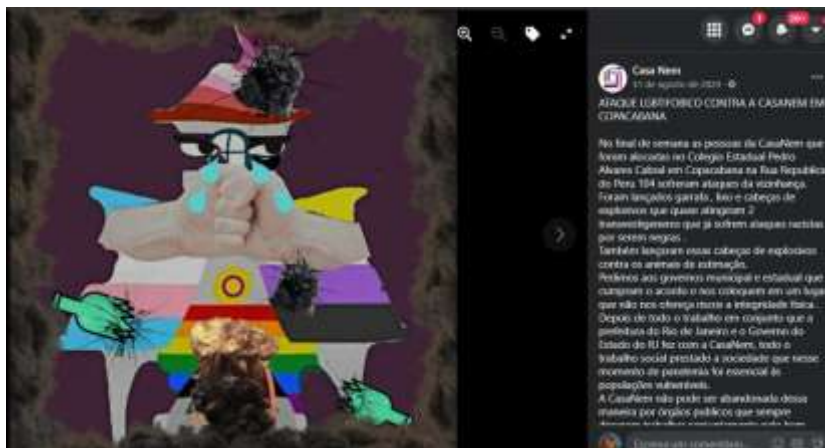
Figura 7: *Print* de publicação da Casa Nem, sobre a “Casa”, em sua página no *Instagram*.



Fonte: <https://www.instagram.com/casanem/>

Nestes 12 meses de coleta de dados, esse post publicado em julho de 2020 é um dos poucos conteúdos que retomam a história da Casa Nem e a apresenta às pessoas que acompanham a página da Casa Nem no *Instagram*. A composição da imagem apresenta marcas identitárias referente às pessoas trans, devido ao fato de utilizar as cores branco, rosa e azul na imagem, o que nos remete à bandeira que representa a comunidade trans.

Figura 8: Print de publicação da Casa Nem, sobre a “Casa”, em sua página no *Facebook*.



Fonte: <https://www.facebook.com/casanemcasaviva>

Neste post do Facebook, sobre a Casa Nem, refere-se ao ataque LGBTifóbico contra a ocupação. Ou seja, a Casa Nem sofreu um ataque devido à identidade de gênero ou orientação sexual de seus integrantes. Nota-se que na publicação há uma profusão de elementos que convocam diferentes sentidos e que podem dificultar o entendimento do que se trata o conteúdo. Na imagem, a casa possui as cores referente à comunidade atendida pela

Casa; a parte superior do imóvel possui olhos, o que poderia nos remeter à interpretação de que a Casa Nem se mantém vigilante; há lágrimas nos olhos da casa, o que pode ser uma referência ao sofrimento sofrido pela comunidade acolhida pela Casa Nem; há elementos referentes à violência, como garrafas quebradas, punhos cerrados, marca de projétil em vidro e explosão na entrada da Casa Nem. Sem que haja a legenda, pode ser que a mensagem não seja compreendida. Por ser um informativo, faria mais sentido o conteúdo principal, “ATAQUE LGBTIFÓBICO CONTRA A CASA NEM EM COPACABANA”, na imagem da publicação.

Figura 9: Print de publicação da Casa Nem, sobre a “Casa”, em seu perfil no *Twitter*.



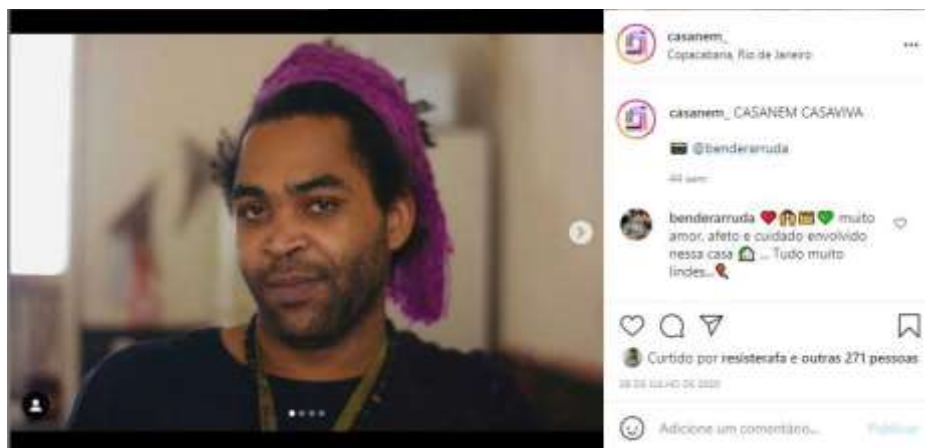
Fonte:

https://twitter.com/casanemcasaviva?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor

Em um dos poucos conteúdos referentes à Casa Nem, coletados do *Twitter*, está o tweet sobre a Casa Nem conseguir um imóvel e possuir novo endereço para acolhimento de pessoas LGBTQIAP+.

Nos posts classificados como “Sujeitos” estão todos os conteúdos nos quais os sujeitos são o aspecto central.

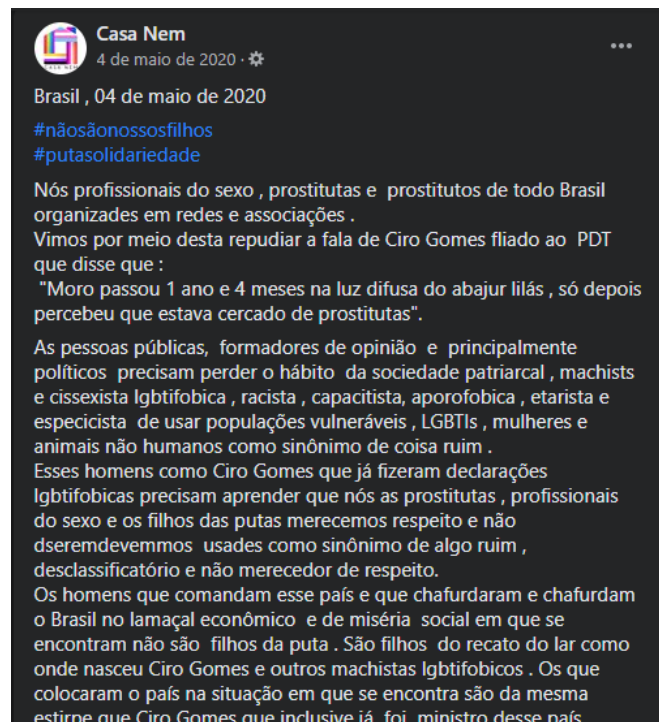
Figura 10: Print de publicação da Casa Nem, sobre os “Sujeitos”, em sua página no *Instagram*.



Fonte: <https://www.instagram.com/casanem/>

Nesta publicação no Instagram, os integrantes da Casa Nem são fotografados em sua rotina cotidiana. Os sujeitos são postos como o aspecto central das fotos, sempre com elementos coloridos presentes na composição das imagens capturadas.

Figura 11: Print de publicação da Casa Nem, sobre os “Sujeitos”, em sua página no Facebook.



Fonte: <https://www.facebook.com/casanemcasaviva>

Este post é referente a uma resposta da Casa Nem às declarações de Ciro Gomes sobre Sérgio Moro e em menção às prostitutas. Os sujeitos que atuam como profissionais do sexo são o cerne deste conteúdo e, portanto, pertencem à categoria “Sujeitos”. Mesmo que o conteúdo não seja necessariamente sobre os moradores da Casa Nem, é concernente ao público atendido pela Casa Nem.

Os conteúdos presentes na categoria “Estratégias Comunicacionais” estão subcategorizados como “Campanhas”, “Eventos” e “Informativos”. Os posts de campanhas, exemplificados nas figuras 13, 14 e 15, referem-se às campanhas idealizadas pela Casa Nem ou das quais a Casa faz parte; na categoria “Eventos” está todos os eventos idealizados pela Casa Nem e demais instituições ou pessoas que atuam com os mesmos propósitos da Casa ou que também são LGBTQIAP+, conforme exemplificado nas

figuras 16,17 e 18; nos “Informativos” constam todos os posts que nutrem os públicos de informações sobre o movimento social, conforme exemplificado nas figuras 19,20 e 21.

Figura 12: Print de publicação da Casa Nem, sobre “Campanhas”, em sua página no *Instagram*.



Fonte: <https://www.instagram.com/casanem/>

A campanha “#NossaDiversidadeImporta” foi uma campanha para fortalecimento das redes de apoio, ao mostrar a importância da diversidade e, conseqüentemente, ressaltar a importância de projetos como a Casa Nem. Na composição da imagem publicada há sujeitos LGBTQIAP+, a fachada da antiga sede da Casa Nem com a bandeira do orgulho LGBTQIAP+ sobre os andares do prédio e as informações sobre como participar da Campanha.

Figura 13: Print de publicação da Casa Nem, sobre “Campanhas”, em sua página no Facebook.



Fonte: <https://www.facebook.com/casaneccasaviva>

A campanha “Máscaras do Bem” é uma campanha desenvolvida pelos projetos CosturaNem (ateliê de modelagem, corte e costura da Casa Nem); o projeto Capacitans-RJ; e Ecomoda Almir França. Nesta campanha surgem dois lemas recorrentes nas publicações da Casa Nem: “É só mais um temporal, vai passar”, frase que faz parte de um texto escrito por Indianarae e repercutido nos posts da Casa Nem como um incentivo à não desistência neste período de pandemia, e “A solidariedade é o melhor remédio”, frase recorrente em posts com apelo à solidariedade, principalmente em conteúdos com pedidos de ajuda para a Casa Nem e outros movimentos sociais que possuem propósitos e lutas similares à Casa Nem e os sujeitos acolhidos pelo movimento social.

Figura 14: Print de publicação da Casa Nem, sobre “Campanhas”, em seu perfil no *Twitter*.



Fonte:

https://twitter.com/casanemcasaviva?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor

Este tweet é referente ao mutirão realizado pela Casa Nem para mobilizar doações. Considerando que o mutirão está organizado para o dia 27 de setembro, 16 dias após o Governo Estado do Rio de Janeiro ceder um imóvel a ser ocupado pelo movimento social, tal fato nos convida a questionar em quais condições o Estado cedeu o prédio à Casa Nem, pois dentre os pedidos para doação estão produtos de higiene, produtos de limpeza e beliches.

Figura 15: Print de publicação da Casa Nem, sobre os “Eventos”, em sua página no *Instagram*.



Fonte: <https://www.instagram.com/casanem/>

O “*Festival Be Yourself*” foi um evento produzido em parceria com diversos

convidados, ocorrido de 22 à 28 de junho de 2020. Em sua programação havia intervenções de influencers, cultura *ballroom*, conversas, workshops, apresentações, prática de yoga, entre outras atrações. Ao observar a divulgação do festival, nota-se que se trata de um evento de valorização da cultura LGBTQIAP+ e de orgulho para quem faz parte da comunidade. Para além disso, também são propostas atividades para aprendizado, reflexão e bem-estar físico e mental dos participantes.

Figura 16: Print de publicação da Casa Nem, sobre os “Eventos”, em sua página no *Facebook*.



Fonte: <https://www.facebook.com/casanemcasaviva>

Durante a coleta do corpus pudemos notar que o Facebook é muito utilizado para a divulgação dos eventos, muito provavelmente devido à função de criar o evento e divulgá-lo para sua rede de amigos. O evento citado na figura 16 é sobre a venda de produtos veganos preparados pelos moradores da Casa Nem.

Figura 17: Print de publicação da Casa Nem, sobre os “Eventos”, em seu perfil no *Twitter*.



Fonte:

https://twitter.com/casanemcasaviva?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor

Em suas redes sociais digitais a Casa Nem compartilha diversas informações sobre eventos, seja porque o evento compartilhado possui discussões similares às discussões do movimento social ou porque o evento propõe alguma ação de arrecadação na qual a Casa Nem também é beneficiada.

Figura 18: Print de publicação da Casa Nem, sobre os “Informativos”, em sua página no *Instagram*.



Fonte: <https://www.instagram.com/casanem/>

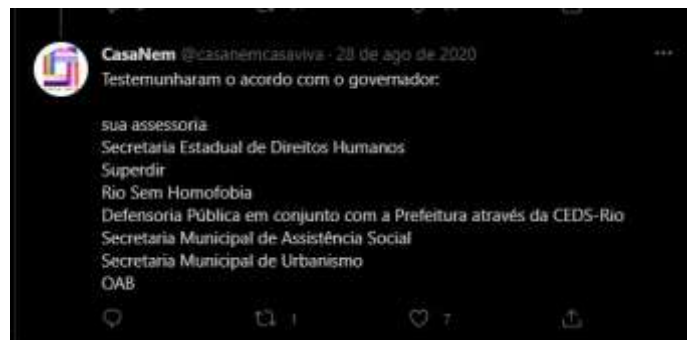
Nos conteúdos informativos da Casa Nem, observamos que há uma tentativa de manter as pessoas informadas sobre os acontecimentos na Casa ou as ações promovidas pelo movimento social. Conforme exemplificado nas figuras 19, 20 e 21, há informações sobre a atuação da Casa Nem em assistência às pessoas em vulnerabilidade, além de apresentar a equipe de comunicação da Casa e informar aos públicos sobre quem eram as testemunhas que estavam presentes no momento em que a Casa Nem fez acordos com o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 19: Print de publicação da Casa Nem, sobre os “Informativos”, em sua página no *Facebook*.



Fonte: <https://www.facebook.com/casanemcasaviva>

Figura 20: Print de publicação da Casa Nem, sobre os “Informativos”, em seu perfil no *Twitter*.



Fonte:

https://twitter.com/casanemcasaviva?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor

Na figura 20, fica evidente uma tentativa de legitimar o posicionamento da Casa Nem frente ao não cumprimento dos acordos firmados com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, ao ser divulgado o nome de todas as testemunhas que participaram da reunião e testemunharam

os acordos. Divulgar essa informação faz com que os públicos saibam quem são os envolvidos nos acordos, legitima as falas e a indignação da Casa Nem – lembrando que na data desta publicação, 28 de agosto, a Casa Nem estava sem imóvel adequado para seus integrantes e nem para dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo movimento social.

A Categoria Movimentos Sociais está dividida nas subcategorias "Símbolos, eventos, rituais e lemas", "Latência" e "Visibilidade". Na primeira categoria estão os símbolos e lema que caracterizam o movimento, além dos eventos ou rituais do movimento social que possam ser identificados durante a coleta de dados, conforme exemplificado nos exemplos 21 e 22. Na categoria "Latência", estão todos os conteúdos que, mesmo que não intencionalmente, criam novos significados acerca da casa, da causa e dos sujeitos acolhidos pela Casa Nem conforme os exemplos presentes nas figuras 23 e 24; por fim, é concernente à "Visibilidade" todo conteúdo que proporciona, indireta ou indiretamente, visibilidade ao movimento social, seja a partir de participação em eventos, parcerias ou momentos de crise, conforme exemplificado nas figuras 25 e 26.

Figura 21: Print de publicação da Casa Nem, sobre os "Símbolos, eventos, rituais e lemas", em sua página no *Instagram*.



Fonte: <https://www.instagram.com/casanem/>

Nos posts da Casa Nem, encontramos diversos conteúdos nos quais há a imagem da Indianarae ou frases ditas por ela. A matriarca do movimento social pode ser considerada como um dos símbolos do movimento e suas frases são comumente revertidas em lemas. É compreensível que isso ocorra, afinal, mais do que integrante do movimento, Indianarae é o próprio movimento. Mais do que um movimento ou um imóvel, a Casa Nem é uma ideia. Essa ideia nasceu de Indianarae. É seu propósito de

luta. Como ter outro símbolo se não aquela que inspira o movimento e que traz próprio movimento em sua (r)existência?

Figura 22: Print de publicação da Casa Nem, sobre os “Símbolos, eventos, rituais e lemas”, em sua página no Facebook.



Fonte: <https://www.facebook.com/casanemcasaviva>

A Casa Nem também realiza eventos e atos em prol da (R)Existência do movimento. No exemplo da figura 22, o evento é sobre a existência e resistência da Casa Nem, mas também pode ser lido como a existência e resistência de pessoas LGBTQIAP+. Ao coletar o corpus para a pesquisa, podemos constatar que a Casa Nem atua em latência a partir dos diálogos que estabelece com a comunidade, órgãos públicos, políticos e demais pessoas que possuem interesse na causa em que a Casa atua.

Figura 23: Print de publicação da Casa Nem, sobre “Latência”, em sua página no Instagram.



Fonte: <https://www.instagram.com/casanem/>

A presença da Casa Nem no Colégio Estadual Chico Anysio, no Andaraí- Rio de Janeiro (RJ), talvez seja um dos melhores exemplos sobre o período de latência em um movimento social. Na figura 23, podemos ver integrantes da Casa Nem, incluindo Indianarae, a professora e os estudantes, após uma conversa sobre aceitação LGBTQIAP+ na família. Conversar sobre assuntos pertinentes à causa é essencial para que haja uma mudança no imaginário social acerca das pessoas LGBTQIAP+, além de possibilitar mais conhecimento sobre o assunto às pessoas cisgênero heteronormativas, podendo torna-las aliadas do movimento.

Figura 24: Print de publicação da Casa Nem, sobre “Latência”, em sua página no Facebook.



Fonte: <https://www.facebook.com/casanemcasaviva>

Diálogos estabelecidos com atores sociais, como políticos, firmam parcerias para a Casa Nem, além de possibilitar aos sujeitos expressarem suas necessidades e vivências. Referente à visibilidade, os atos realizados pela Casa Nem ou dos quais os integrantes da Casa Nem fazem parte, são responsáveis pela visibilidade do movimento social, assim como as premiações recebidas pela matriarca da Casa Nem e seu filme “Indianara”.

Figura 25: Print de publicação da Casa Nem, sobre “Visibilidade”, em sua página no *Instagram*.



Fonte: <https://www.instagram.com/casanem/>

Na figura 25, a Casa Nem ganhou visibilidade devido à mobilização em prol de instituir o dia 15 de maio como o “Dia do Orgulho de Ser Travesti e Transexual”. Na imagem publicada, há a bandeira da Casa Nem, com diversas mulheres negras em torno e com o rosto de Marielle Franco estampada na bandeira. “Somos sementes de Marielle”, diz a frase estampada na bandeira. Talvez essa frase em si já justifique o fato de haver mais mulheres negras na foto. Marielle Franco é uma mulher negra, lésbica, socióloga, ativista de Direitos Humanos, política e em sua atuação lutava pelo direito daqueles que são marginalizados. Se a bandeira da Casa Nem carrega em si os dizeres “somos sementes de Marielle”, logo, os integrantes da Casa, a qual a bandeira representa, também podem ser considerados “sementes de Marielle”. Se semente é algo que gemina para dar frutos, e pensando nas lutas de Marielle, poderíamos supor que ao que se afirmam como “sementes de Marielle” os sujeitos afirmam lutar pelos direitos humanos e pelo direito de pessoas marginalizadas, tal qual Marielle faria? Não podemos esquecer que essa conquista é resultante de diversos períodos de latência. Desde diálogos sobre a importância de se instaurar essa data, até mobilizações para pressionar políticos e os órgão competentes.

Figura 26: Print de publicação da Casa Nem, sobre “Visibilidade”, em sua página no *Facebook*.



Fonte: <https://www.facebook.com/casanemcasaviva>

Como dissemos anteriormente, ao categorizar os conteúdos como causa, movimentos sociais e estratégias de comunicação, notamos que a mobilização está presente em todas as categorias, em prol da casa, da causa e dos sujeitos, e comunicada por meio de campanhas, eventos ou informativos. Nas figuras 27, 28, 29 e 30 temos exemplos de conteúdos para mobilização.

Figura 27: Print de publicação da Casa Nem, em sua página no *Instagram*, para mobilização de pessoas para assinatura da petição contra a reintegração de posse do imóvel ocupado pela Casa Nem.



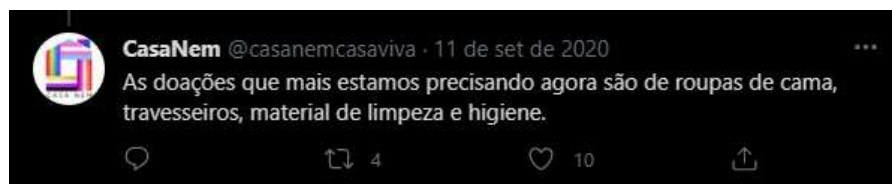
Fonte: <https://www.instagram.com/casanem/>

Figura 28: Print de publicação da Casa Nem, em sua página no Facebook, para mobilização de recursos para casas de acolhimento LGBTQ+ em todo o Brasil.



Fonte: <https://www.facebook.com/casanemcasaviva>

Figura 29: Print de publicação da Casa Nem, em seu perfil no Twitter, para arrecadação de doações aos sujeitos acolhidos.



Fonte:

https://twitter.com/casanemcasaviva?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor

Figura 30: Print de publicação da Casa Nem, em sua página no Instagram, para mobilização de pessoas para um ato em defesa da Casa Nem.



Fonte: <https://www.instagram.com/casanem/>

A partir dessa breve apresentação dos conteúdos coletados, e baseando-se nos movimentos e giros hermenêuticos propostos pela hermenêutica crítica feminista de Fiorenza (2009), buscamos responder aos objetivos específicos b, c e d, que se referem à b) Identificar como se desenvolve as práticas comunicacionais da Casa Nem; c) Compreender o discurso institucional, acerca da organização, da causa e dos sujeitos acolhidos pela Casa Nem; e d) Aprender os sentidos produzidos pelos discursos publicizados pela Casa Nem.

Devido à disparidade entre as datas para publicação de conteúdo nas redes sociais digitais, bem como o fato de nem sempre uma informação que é divulgada em uma rede não necessariamente é divulgada em outra, nota-se que alguns conteúdos são compartilhados aleatoriamente, principalmente o que se refere ao cotidiano ou eventos internos da Casa Nem. Entretanto, quando se trata de campanhas, eventos e parcerias, há estratégias de comunicação

evidentes, pois os conteúdos pré- evento, além da divulgação de informações sobre como acontecerá o evento, os parceiros e os convidados são amplamente publicizados. Entretanto, percebe-se que não há muita divulgação pós-evento ou quando há, a publicação é realizada vários dias após o evento.

Referente ao discurso institucional sobre a Casa Nem, ela é constantemente posta com um espaço de acolhimento e resistência, não só para LGBTQIAP+, que é o público central para acolhimento na casa, mas também para mulheres e crianças em vulnerabilidade. Além disso, neste período de pandemia devido ao coronavírus, a Casa Nem também ampliou a assistência prestada e propôs-se a atender pessoas em estado de vulnerabilidade e moradores de rua, com doação de alimentos, água mineral, produtos de higiene e limpeza, entre outros. Isso ressaltou a atuação do movimento social na busca por auxiliar os sujeitos a ter acesso aos direitos que lhes são negados enquanto cidadãos. Deste modo, percebe-se a Casa Nem não como uma construção ou abrigo, mas como um ideal de acolhimento para supressão das vulnerabilidades às quais pessoas marginalizadas estão expostas.

Referente à causa, a maior parte das publicações sobre acolhimento, moradia ou LGBTQIAP+ são produzidos a partir de uma posição política em contrapartida ao

abandonosocial, civil e político que pessoas marginalizadas sofrem. Ademais, a Casa Nem também é posta como um espaço de produção e preparação. A perspectiva de preparação fica por conta dos cursos, como o pré-vestibular e o curso de inglês, que fazem parte da atuação da Casa Nem. Referente a se colocar como um espaço de produção, pudemos perceber esse movimento a partir das diferentes campanhas eventos nos quais a Casa Nem se coloca como produtor, como na produção de máscara; de produtos veganos para comercialização; de produção das cestas básicas a serem distribuídas, entre outros fatores. Nos posts sobre a Casa também há diversos conteúdos para mobilização de doações em dinheiro, utensílios e produtos para a garantia de subsistência digna aos acolhidos. Contudo, em 12 meses de conteúdos coletados, apenas 1 vez no Instagram e no Twitter foram publicados conteúdos explicativos sobre o surgimento da CasaNem, sua atuação e seus projetos.

Referente à causa, há pelo menos duas grandes questões que norteiam as atuações da Casa Nem: uma refere-se a questões de gênero e orientação sexual e a outra refere-se ao direito à moradia. Isso pode ser constatado a partir das relações que a Casa Nem mantém com outros movimentos sociais, como a Frente Internacionalista Sem Temo (FIST) e o Capacitans- RJ. Como Melucci (1989) ressaltou, a multiplicidade de atuação em diferentes pautas é uma característica dos sujeitos que se mobilizam em prol de uma causa. No mais, se a Casa Nem se coloca como um espaço de assistência em detrimento ao descaso do Governo para garantia de educação, moradia, alimentação e segurança à travestis e transexuais, obviamente haverá um vínculo entre a Casa Nem e outras causas que também possuem marginalização, vulnerabilidade e não acesso aos direitos no cerne de suas discussões. A valorização da cultura LGBTQIAP+, principalmente relacionada às travestis e pessoas trans, são recorrentes nos conteúdos publicados, principalmente ao que se refere aos eventos *Vogue Ballroom*, uma prática de resistência surgida nos anos 60 e na qual principalmente pessoas transexuais, travestise gays negres se expressavam através da dança como meio de empoderamento. Um aspecto negativo presente nos conteúdos sobre a causa, é que, por vezes, as discussões não ficam claras, pois diversas contestações são mobilizadas ao mesmo tempo, o que nos faz imaginar que possa ser uma questão que impossibilite a algumas pessoas de compreender o movimento social e se mobilizar em prol dele como por exemplo este texto compartilhado na página da Casa Nem no Instagram.

Figura 31: *Post* publicado na página da Casa Nem, em seu *Instagram*, que traz o antifascismo e conversas por meio de aplicativos de mensagens instantâneas em um único *post*.



Fonte: <https://www.instagram.com/casanem/>

Conforme vimos anteriormente, é imprescindível que um movimento social estabeleça seus objetivos de maneira clara para que, assim, seja possível gerar alguma identificação e a percepção de si enquanto agente de mudança, para então, se mobilizar em prol da causa. Tomemos como exemplo a figura 31. Na imagem, podemos ver as cores das bandeiras referentes à identidade de gênero e orientação sexual ao fundo, com o desenho de bandeiras pretas ao centro da imagem, uma estrela verde oliva sobre as bandeiras e escritos como “Casa Nem” e “Antifascista” nos arcos que formam um círculo em torno das bandeiras centralizadas. Ao observar a imagem, parece-nos que se refere ao posicionamento político da Casa, isto é, a Casa Nem se diz antifascista. Entretanto, ao ler a legenda do post, trata-se de um conteúdo sobre o uso do aplicativo de troca de mensagens instantâneas Signal, em contraposição ao uso do WhatsApp ou Facebook. A associação do conteúdo presente na legenda com a imagem divulgada na publicação, se dá pela afirmação de que o WhatsApp e o Facebook são nazifascistas¹⁰, por permitir que opressões, preconceitos e discriminações fosse difundida em suas plataformas.

Em relação aos sujeitos, a Casa Nem possui a Indianarae, mulher trans matriarca do movimento social, como símbolo do movimento e da causa defendida pela instituição (o acolhimento de pessoas LGBTQIAP+). Por ter atuado como prostituta, pautas pertinentes à profissão de profissional do sexo ou pertinentes aos sujeitos que se prostituem também possuem um atravessamento nos discursos publicizados pela Casa Nem e nas parcerias que estabelece, como na campanha em prol de arrecadação de

¹⁰ Termo de conjunção de Nazismo e Fascismo, regimes totalitários ocorridos na Alemanha (1933- 1945) e Itália (1925- 1943), respectivamente.

doações para as prostitutas no Maranhão. Os sujeitos que compõem a Casa também postos como “produtores”, como na campanha de produção das máscaras ou no evento de comercialização de comidas veganas. Essa constante demonstração do trabalho realizado pelos integrantes da Casa Nem nos remete às concepções de cidadania mobilizadas, a qual se relaciona não apenas ao não acesso aos direitos, mas também ao desenvolvimento econômico e ao trabalho. Ao realizar campanhas e ações como a produção de máscaras e a comercialização de comidas veganas, a Casa Nem e seus integrantes se colocam como atores para o desenvolvimento econômico e trabalhadores.

Referente à latência, imprescindível para a mudança no sistema de significados, notamos que não há muitos conteúdos que convoquem outros sujeitos em prol das pessoas LGBTQIAP+ marginalizadas, esclarecendo-os sobre a causa defendida pela Casa Nem. Os conteúdos informativos publicados pela Casa Nem, por vezes, possuem informações vagas, como por exemplo sobre os posts referente ao não cumprimento dos acordos realizados com o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Em nenhum momento há uma publicação que me informe quais são os tais acordos e os prazos estabelecidos para cumprimentos. Conforme Toro e Werneck (2004), o acesso à informação é essencial para uma participação livre e consciente e a ampliação das bases do movimento a partir da divulgação dos propósitos da mobilização. Referente à visibilidade, os atos realizados em parceria com outros movimentos e a militância múltipla dos integrantes da Casa Nem possibilitam uma certa visibilidade à Casa e à Causa.

Ademais, no período estabelecido para análise, as premiações recebidas por Indianarae por seu longa metragem possibilitou a Casa Nem se fazer presente em espaços de visibilidade. Ao analisar os conteúdos, observamos que os períodos de maior visibilidade e repercussão sobre a Casa Nem, a causa do movimento social e sobre os sujeitos ocorre em períodos de crise.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora habitemos um país democrático, nem todos os brasileiros tem acesso aos direitos concernentes à cidadania. Além de não ter acesso aos direitos básicos assegurados pelo Estado, travestis e pessoas trans ainda lidam com os estigmas que há sobre seus corpos, por não corresponderem à heteronormatividade compulsória e todas as representações construídas acerca do corpo sexuado. A não assistência do Estado, atrelada a uma conjuntura de insegurança e a falta de apoio familiar, travestis e pessoas trans, além dos demais sujeitos que se identificam com alguma orientação sexual presente na sigla LGBTQIAP+, precisam encontrar formas de garantir a própria subsistência, seja recorrendo à trabalhos informais ou a projetos que possam abrigá-los e proporcionar possibilidades para o futuro melhor.

Baseado no referencial teórico mobilizado e no corpus analisado, podemos concluir que respondemos às questões sobre como a Casa Nem atua na desmarginalização de travestis e pessoas trans, a partir da atuação da Casa que possibilita o acesso aos direitos básicos, como o direito à moradia e à educação. Ademais, os eventos e campanhas produzidas pela Casa Nem reforçam o discurso de pessoas LGBTQIAP+ como produtoras a partir do trabalho desenvolvido com a confecção das máscaras e a produção de comida vegana para comercialização, aspectos que contribuem, de certo modo, para estabelecer novos significados para o imaginário social (transfóbico) acerca de travestis e pessoas trans.

Considerando que nosso sistema social econômico é capitalista e pautado na produção, torna-se de veras relevante esse discurso institucional acerca da Casa Nem e seus acolhidos. Durante a coleta e análise do corpus, pudemos perceber que há sempre a exaltação da cultura LGBTQIAP+ nos eventos e campanhas produzidos pela Casa Nem, o que contribui para a mudança de significados acerca da causa defendida pelo movimento. Baseando-nos na hermenêutica da imaginação criativa, pensamos em quais estratégias poderiam ser estabelecidas para aproximar pessoas cisgênero destes eventos e, assim, gerar uma certa identificação com a causa, os sujeitos e o movimento. Notei que a “linguagem neutra”, termo utilizado para referir-se ao uso de termos que não possuam marcadores de gênero femininos ou masculinos, utilizada apenas em alguns posts pode ser um dos aspectos que distanciam sujeitos que não compõem o movimento ou que não possuem conhecimento acerca da causa e dessa escolha no modo de escrita.

Logicamente, tal ressalva não se coloca como uma contestação à linguagem neutra e nem sugere que ela seja descartada, entretanto, a comunicação só se estabelece a partir

da compreensão do que se é comunicado. Portanto, tão importante quanto subverter o gênero pelas vias da linguagem, é comunicar às demais pessoas sobre essa escolha e aproximá-las da causa.

No mais, podemos observar a necessidade de maior atuação em períodos de latência, em uma busca de mobilizar sujeitos que não necessariamente são LGBTQIAPN+, inclusive a comunidade em torno da Casa Nem e cujo vínculo com o movimento social é apenas devido à localização espacial. Desenvolver ações de comunicação com mais informações sobre a Casa Nem, a Causa norteadora do movimento social e sobre os sujeitos abrigados é imprescindível, já que informação é um aspecto chave para as mobilizações. Ademais, considerando que os períodos de maior visibilidade da Casa Nem se refere aos momentos de crise, a prática do profissional de Relações Públicas seria de extrema importância ao movimento, devido à possibilidade de se estabelecer um protocolo de crise com estratégias de comunicação para o alcance dos objetivos e a repercussão da causa norteadora do movimento.

Ao finalizar a coleta do corpus, evidencia-se a mudança de posição da Casa Nem durante a pandemia. O movimento social que antes era o destino das doações para a sobrevivência de seus acolhidos, passa a ser um espaço de organização para entrega de doações às pessoas em estado de vulnerabilidade. Em estudos futuros, propomo-nos a pensar na atuação da Casa Nem a partir do imóvel cedido pelo Governo do Estado de Rio de Janeiro.

Aos comunicólogos, compreender os aspectos de mobilização e aplicá-los às causas socialmente relevantes deveria ser uma prática recorrente, uma contribuição da profissão ao desenvolvimento social. A subversão de gênero é perigosa no Brasil, o país que mais mata travestis e pessoas trans. Movimentos Sociais como a Casa Nem, são essenciais para garantir a sobrevivência de sujeitos que sofrem diversas violências apenas por expressarem quem são.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C.D. Cidadania comunicativa: vozes cidadãs negras na emissora comunitária. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, XXXIII, 2010, Caxias do Sul.

ÁVILA, M. B. Direitos reprodutivos, exclusão social e AIDS. In: PARKER, R.; BARBOSA, R. M. (Org.). **Sexualidades pelo avesso: direitos, identidade e poder**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; São Paulo: Ed. 34, 1999.

BENEVIDES, B.G.; NOGUEIRA, S.N.B. (Org.). **Assassinatos e violência contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2018**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violenciacontra-pessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2019.

BETHANIA, M. Pontuando sentidos em trânsito. **Escritos: percursos sociais e sentidos nas cidades**. v. 1, p. 3-10, 2001b.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil, o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

CASTELS, R. A transformação da questão social. In: **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC- Editora da PUC-SP, 1996.

CAZARRÉ, M. Com 600 mortes em seis anos, Brasil é o que mais mata travestis e transexuais. **Agência Brasil**. 13 de novembro de 2015. Disponível em: http://agenciabrasil.abc.com.br/direitos_humanos/noticia/2015-11/com-600-mortesem-seis-anos-brasil-e-o-que-mais-mata-travestis-e. Acessado em: 22 set. 2019.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. In **Revista Ágora: Políticas Públicas Serviço Social**, Ano 2, nº 3, dezembro de 2005 – ISSN – 1807-698X. Disponível em <http://www.assistentesocial.com.br>.

DALLARI, D. A. Ser cidadão. **Lua nova**, São Paulo, 1 (2) : 61 – 64, jul./set. 1984.

FIORINZA, E.S. **Caminhos da Sabedoria: Uma Introdução à Interpretação Bíblica Feminista**

- São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2009, 256 p.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica**, Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, São Paulo, Atlas, 2008.

GOHN, M.G. **Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. Edições Loyola, São Paulo: 1997.

HENRIQUES, M. (Org.) **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Editora Autêntica: Belo Horizonte, 2007.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos** / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília, 2012. E-book. Disponível em :www.sertao.ufg.br/. Acesso em: 20 set. 2019.

JESUS, J. **Transfeminismo: teorias e práticas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014, 206 p.

LANZ, L. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014. 342 P.

MARTINS, V.S.; ROSA, R. Das ruas às redes: a resistência feminina contra a violência do assédio cotidiano. In: **Congresso Ibero-Americano de Pesquisadores da Comunicação, XV**, 2017, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais. **Lua Nova**, v. 17, 1989.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

NEVES, M. G. **Marginalização Social: a atualidades do debate clássico do pensamento crítico latino americano**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Economia) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2005.

PERUZZO, C.M.K. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitárias políticas públicas. In: **Revista Fronteira- estudos midiáticos**. Vol. 11 Nº 1 - janeiro/abril 2009.

PICOLOTTO, E.L. Movimentos sociais: abordagens clássicas e contemporâneas. **CSOnlineRevista Eletrônica de Ciências Sociais**, Ano 1, Edição 2, nov. 2007.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia e política**, vol. 18, nº 36, p. 15-23, junho 2010.

SIDI, P. M.; CONTE, E. A hermenêutica como possibilidade metodológica à pesquisa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 4, p. 1942-1954, out./dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v12.n4.out./dez.2017.9270>. E-ISSN: 1982-5587.

SOUSA, K. C. S. **Tornar-se mulher: feminismo existencialista e performatividade de gênero**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2016.

TORO, J. B; WERNECK, N. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ANEXO

CATEGORIZAÇÃO GERAL DOS CONTEÚDOS COLETADOS

MÊS	ANO	PLATAFORMA	MAIOR ENGAJAMENTO	MENOR ENGAJAMENTO	LATÊNCIA	VISIBILIDADE	TOTAL
Outubro	2019	Instagram	754 respostas no post de Casa Nem no Encontro de Cinema Negro Zénono Bardi, com ilustração e Angela Davis na teta.	85 respostas no post de Fundação do Cine Club (LGBTQA) promovido pela Casa Nem.	115 respostas no post refer a foto de Casa Nem no Cineclub Estúdio Chico Assis (na foto) sobre o debate de LGBT na terra.	140 respostas no post "E tu tu tu se tu" sobre a Casa Nem em um manifesto.	9
Outubro	2019	Facebook	103 respostas no post sobre Casa Nem no Encontro de Cinema Negro Zénono Bardi, com ilustração e Angela Davis na teta.	3 respostas no comentário sobre "Paralisação de Direitos e Ilustrações Sociais do Rio".	131 no post sobre a foto de Casa Nem no Cineclub Estúdio Chico Assis (na foto) sobre o debate de LGBT na terra.	40 respostas no post sobre a Casa Nem apresenta no ato político, direitos humanos e educação.	4
Novembro	2019	Instagram	228 respostas no post sobre o filme "Insular" girar a Coelho de Ouro da Oita de melhor longa em Festival Mix Brasil de Diversidade.	21 respostas no post sobre a Casa Nem no Fórum Mundial Social no Sítio.	154 respostas no post sobre o filme LGBTI para movimentos de cultura LGBTQI em movimento.	228 respostas no post sobre o filme "Insular" girar a Coelho de Ouro da Oita de melhor longa em Festival Mix Brasil de Diversidade.	18
Novembro	2019	Facebook	104 respostas no post informativo sobre o filme "Insular" girar a Coelho de Ouro da Oita de melhor longa no Festival Mix Brasil de Diversidade.	9 respostas no post com o texto "Abra do Dia Internacional da Diversidade (TODD)".	40 respostas no post de Casa Nem presente no 18º Congresso Nacional de Diversidade, Diálogo e Processo Futuro.	104 respostas no post informativo sobre o filme "Insular" girar a Coelho de Ouro da Oita de melhor longa no Festival Mix Brasil de Diversidade.	7
Novembro	2019	Facebook	605 respostas no post sobre a vida de "Insular" girar a Coelho de Ouro da Oita de melhor longa no Festival Mix Brasil de Diversidade.	304 respostas no post de apoio ao filme "Insular" girar a Coelho de Ouro da Oita de melhor longa no Festival Mix Brasil de Diversidade.	220 respostas no post sobre a formação da Casa Nem, seu referencial teórico e metodológico no curso de "Insular" girar a Coelho de Ouro da Oita de melhor longa no Festival Mix Brasil de Diversidade.	605 respostas no post sobre a vida de "Insular" girar a Coelho de Ouro da Oita de melhor longa no Festival Mix Brasil de Diversidade.	4
Dezembro	2019	Instagram	75 respostas no post de convite para o evento "Dançar, Surrreal, Sim, Casanova".	7 respostas na divulgação do "Vozes da Terra".	19 respostas no post sobre o livro "Insular" girar a Coelho de Ouro da Oita de melhor longa no Festival Mix Brasil de Diversidade.	75 respostas no post de convite para o evento "Dançar, Surrreal, Sim, Casanova".	4
Dezembro	2019	Facebook	309 respostas no post sobre o "Tremend da Casa Nem".	43 respostas no post de divulgação do evento "Vozes da Terra".	170 respostas no post sobre a Casa Nem e o filme "Insular" girar a Coelho de Ouro da Oita de melhor longa no Festival Mix Brasil de Diversidade.	309 respostas no post sobre o "Tremend da Casa Nem".	25
Janeiro	2020	Facebook	213 respostas no post com fotos do projeto de zumbis, vestuário produzido por "COZINHADOR".	6 respostas no post de divulgação do evento "Vozes da Terra".	71 respostas no post sobre a vida de "Insular" girar a Coelho de Ouro da Oita de melhor longa no Festival Mix Brasil de Diversidade.	213 respostas no post com fotos do projeto de zumbis, vestuário produzido por "COZINHADOR".	34
Janeiro	2020	Instagram	337 respostas no post sobre o ato realizado na Chelinda, por pessoas trans e travestis, em prol da visibilidade trans.	90 respostas para o post de produção de adesivos para a "NÃO É UM PROBLEMA" projeto da Casa Nem que fala sobre a experiência de trans e travestis em prol da visibilidade trans.	181 respostas para o post em comemoração à inauguração do dia 15 de maio como o Dia do Orgulho de ser Trans e Travesti e Tremend no Rio de Janeiro.	337 respostas no post sobre o ato realizado na Chelinda, por pessoas trans e travestis, em prol da visibilidade trans.	8
Fevereiro	2020	Instagram	118 comentários e compartilhamentos no post do "Fiquei de Lixo" sobre o Dia de Orgulho de Ser Trans e Travesti.	1 resposta no post sobre a "Tremend" e "Vozes da Terra".	3 respostas no post sobre a programação cultural da Organização Quilombola da Casa Nem na greve das pedreiras.	118 comentários e compartilhamentos no post do "Fiquei de Lixo" sobre o Dia de Orgulho de Ser Trans e Travesti.	28
Fevereiro	2020	Facebook	229 respostas no post de divulgação das obras de acatamento que compõem a Rota Brasileira de Cinema de Acatamento LGBTQIA+.	77 respostas no post sobre "Insular" girar a Coelho de Ouro da Oita de melhor longa no Festival Mix Brasil de Diversidade.	113 respostas no post com o texto "Insular" girar a Coelho de Ouro da Oita de melhor longa no Festival Mix Brasil de Diversidade.	229 respostas no post de divulgação das obras de acatamento que compõem a Rota Brasileira de Cinema de Acatamento LGBTQIA+.	12
Março	2020	Facebook	211 respostas no post sobre a presença da Casa Nem no encontro de resiliência de Copacabana, no Dia Internacional da Mulher.	8 respostas no post com as fotos do encontro de resiliência de Copacabana, no Dia Internacional da Mulher.	17 respostas no post informativo sobre o encontro de resiliência de Copacabana, no Dia Internacional da Mulher.	211 respostas no post sobre a presença da Casa Nem no encontro de resiliência de Copacabana, no Dia Internacional da Mulher.	18
Abril	2020	Instagram	586 respostas no post de divulgação da ação de entrega das cartelas de "Insular" no Rio de Janeiro.	66 respostas para o post de divulgação da realização para a Casa Nem.	67 respostas no post sobre a "Vozes da Terra" e o encontro de resiliência de Copacabana, no Dia Internacional da Mulher.	586 respostas no post de divulgação da ação de entrega das cartelas de "Insular" no Rio de Janeiro.	9

Setembro	2020	Instagram	1258 reações no post informativo sobre a invasão dos policiais no Colégio Estadual Pedro Álvares Cabral e sobre os policiais terem levado Indaiana a delegacia	232 reações no post de divulgação do projeto #NossoDiversidadeImporta.	325 reações no post de lançamento da campanha #NossoDiversidadeImporta, 232 reações no post de divulgação do projeto #NossoDiversidadeImporta.	1258 reações no post informativo sobre a invasão dos policiais no Colégio Estadual Pedro Álvares Cabral e sobre os policiais terem levado Indaiana a delegacia	10
Setembro	2020	Facebook	126 reações no post sobre a chegada da polícia a Escola Estadual Pedro Álvares Cabral e sobre terem levado Indaiana a delegacia	11 reações no post da campanha #NossoDiversidadeImporta*	40 reações no post de lançamento da campanha #NossoDiversidadeImporta*	126 reações no post sobre a chegada da polícia a Escola Estadual Pedro Álvares Cabral e sobre terem levado Indaiana a delegacia	8
Setembro	2020	Twitter	986 reações no tweet sobre a inauguração da nova sede da Casa Mem.	14 reações no tweet de pedido de doações para a Casa Mem.	154 reações no tweet em comemoração pela conquista de um novo local para que a Casa Mem possa acolher LGBTQTI.	986 reações no tweet sobre a inauguração da nova sede da Casa Mem.	8